



# PROVA COMENTADA PMDF

[SOLDADO 2013]



**Estratégia**  
CONCURSOS



## SUMÁRIO

|                                                                                   |           |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>PROVA APLICADA .....</b>                                                       | <b>2</b>  |
| <b>CONHECIMENTOS GERAIS.....</b>                                                  | <b>2</b>  |
| <b>CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS .....</b>                                            | <b>7</b>  |
| <b>PROVA COMENTADA.....</b>                                                       | <b>17</b> |
| <b>CONHECIMENTOS GERAIS.....</b>                                                  | <b>17</b> |
| <i>Português – Prof. Décio Terror.....</i>                                        | <i>17</i> |
| <i>Atualidades – Prof. Leandro Signori.....</i>                                   | <i>24</i> |
| <i>Direito Constitucional – Prof. Ricardo Vale e Nádia Carolina.....</i>          | <i>26</i> |
| <i>Raciocínio Lógico – Prof. Arthur Lima.....</i>                                 | <i>26</i> |
| <i>Informática – Prof. Victor Dalton.....</i>                                     | <i>30</i> |
| <b>CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS .....</b>                                            | <b>33</b> |
| <i>Administração Geral – Prof. Carlos Xavier.....</i>                             | <i>33</i> |
| <i>Lei Orgânica do Distrito Federal – Prof. Fabrício Rego.....</i>                | <i>34</i> |
| <i>Direito Administrativo – Prof. Herbert Almeida.....</i>                        | <i>36</i> |
| <i>Direito Constitucional – Prof. Ricardo Vale e Nádia Carolina.....</i>          | <i>40</i> |
| <i>Direito Administrativo – Prof. Herbert Almeida.....</i>                        | <i>43</i> |
| <i>Direito Penal – Prof. Renan Araújo.....</i>                                    | <i>43</i> |
| <i>Legislação Penal e Direito Penal Militar– Prof. Paulo Guimarães Filho.....</i> | <i>44</i> |
| <i>Direito Penal – Prof. Renan Araújo.....</i>                                    | <i>45</i> |
| <i>Legislação Penal e Direito Penal Militar– Prof. Paulo Guimarães Filho.....</i> | <i>48</i> |



**PROVA APLICADA**

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**Texto para responder às questões de 1 a 3.**

1 Aquilo que a tradição jurídica europeia continental  
chama de Estado de direito é, com apenas pequenas  
distinções, basicamente o que a tradição jurídica  
4 anglo-saxônica chama de *rule of law* (domínio da lei), ou  
seja, a garantia de proibição do exercício arbitrário do poder,  
a exigência de normas públicas claras e consistentes e a  
7 existência de tribunais acessíveis e estruturados para ouvir e  
determinar as diversas reivindicações legais. Contudo, ao  
contrário do que ocorre com a expressão Estado de direito, o  
10 termo *rule of law* não apresenta qualquer indício de  
contradição ou de redundância, pois o que ele evoca é  
claramente uma limitação ao exercício do poder político, ou  
13 seja, a eliminação do arbítrio no exercício dos poderes  
públicos com a consequente garantia de direitos dos  
indivíduos perante esses poderes.

16 A tradição anglo-saxônica do *rule of law* não atribui  
uma dimensão meramente formal à ideia de Estado de  
direito, incluindo também uma dimensão substancial. Com  
19 efeito, a *rule of law* não apenas submete o exercício do  
poder ao direito, concebendo diversos mecanismos de  
controle dos atos governamentais, mas também concede aos  
22 indivíduos direitos inalienáveis anteriores à própria ordem  
estatal. Nesse sentido, é importante ressaltar que o princípio  
do devido processo legal relaciona-se à ideia de que os  
25 indivíduos, além de serem tratados segundo aquilo que a lei  
lhes reserva ou atribui (igualdade perante a lei), devem  
fundamentalmente ser tratados segundo procedimentos  
28 justos e equitativos.

Nos países que pertencem à tradição do *civil law*, ao  
contrário, a noção de Estado de direito foi concebida  
31 inicialmente em uma dimensão meramente formal,  
confundindo-se com o próprio princípio da legalidade, que  
estabelece que todos os atos emanados dos órgãos do  
34 Estado devem estar habilitados juridicamente, isto é, devem  
estar fundados e motivados em uma hierarquia de normas  
públicas, claras, abstratas e gerais.

37 Essa submissão do poder estatal à hierarquia das  
normas sofreu uma inflexão com o advento do chamado  
Estado de bem-estar social. Esse novo modelo, oriundo das  
40 revoluções sociais do século XX, passou a atribuir novas  
responsabilidades à ordem estatal, principalmente a de  
assumir o desenvolvimento econômico e social, criando  
43 mecanismos de proteção contra os efeitos colaterais da  
economia de mercado.

Nos últimos anos, a tradição continental passou a  
46 incorporar a dimensão substancial da *rule of law*, incluindo  
dispositivos de garantia dos direitos fundamentais. Essa  
nova modalidade de Estado de direito vem recebendo o  
49 nome de Estado constitucional. A principal distinção entre o  
Estado constitucional e as antigas noções de Estado de  
direito encontra-se no fato de que o primeiro não se limita  
52 aos aspectos formais da legalidade do exercício do poder,  
mas inclui normas substanciais expressas nos chamados  
princípios constitucionais e nas normas relativas aos direitos  
55 fundamentais.

**QUESTÃO 1**

**Infere-se do texto que o(a)**

a) princípio do devido processo legal surgiu nos países anglo-saxônicos como meio de garantir os direitos individuais inalienáveis antes mesmo da organização dos Estados.

b) modelo anglo-saxônico de controle do poder estatal inspirou as revoluções sociais do século XX e a consequente criação do conceito de Estado constitucional.

c) economia de mercado provocou uma crise do modelo de Estado de direito tradicionalmente adotado na Europa continental, tendo sido o Estado de bem-estar social criado para garantir os avanços de controle do poder do Estado alcançados até então.

d) princípio da legalidade é aplicado apenas em países pertencentes à tradição do Estado de direito, dado que com ele se confunde.

e) contradição ou a redundância atribuída à expressão Estado de direito relaciona-se ao fato de seu conceito possuir apenas uma dimensão formal.

**QUESTÃO 2**

**De acordo com o texto,**

a) embora os conceitos de Estado de direito e *rule of law* (domínio da lei) sejam essencialmente correspondentes, este possui ao menos uma dimensão a mais que aquele.

b) a restrição da liberdade daqueles que exercem os poderes públicos nos Estados que adotam o modelo do Estado de direito garante o respeito aos direitos individuais.

c) para que a justiça e a equidade sejam garantidas aos indivíduos basta que a lei seja corretamente aplicada.

d) normas abstratas e gerais e, ao mesmo tempo, claras e públicas devem motivar e fundamentar os atos emanados dos órgãos estatais, de modo a possibilitar a aplicação do princípio da legalidade.

e) o Estado constitucional, por embasar-se em princípios constitucionais, diferencia-se do *rule of law* (domínio da lei), modelo que não tem nenhuma relação com esses princípios.

**QUESTÃO 3**

Em relação a aspectos morfosintáticos e semânticos do texto, assinale a alternativa correta.

a) Em "Aquilo que" (linha 1) e em "o que" (linha 3), no primeiro período do texto, "Aquilo" e "o" classificam-se como pronome e são os antecedentes dos pronomes "que" que os sucedem imediatamente.

b) O acento indicativo de crase poderia ser corretamente empregado no "a" (linha 13) imediatamente anterior a "eliminação", já que a expressão "ou seja" (linhas 12 e 13) introduz uma explicação para "exercício do poder político" (linha 12), relacionado sintaticamente a "limitação" (linha 12).

c) No trecho "aquilo que a lei lhes reserva ou atribui" (linhas 25 e 26), o pronome "lhes" exerce a função de complemento tanto da forma verbal "reserva" quanto da forma verbal "atribui".

d) O vocábulo "inflexão" (linha 38) é empregado no texto como sinônimo de **descrédito**, **desprestígio**, com sentido negativo, portanto.

e) A substituição de "vem recebendo" (linha 48) por **tem recebido** acarretaria prejuízo para o sentido original do texto, já que o caráter de continuidade denotado pela forma no gerúndio não seria mantido com essa substituição.

**Texto para responder às questões de 4 a 6.**

1 Os fatores emocionais podem desempenhar um peso importante mesmo no contexto jurídico, no qual se busca uma avaliação a mais objetiva possível da culpa. Para a lei, a  
4 pessoa que comete uma transgressão é culpada, admita-o ou não, sinta-se ou não culpada. A caracterização da culpa é regulamentada por legislação, investigada e demonstrada  
7 através de inquérito policial e de processo judicial. O objetivo maior do julgamento traduz-se na clássica pergunta que o juiz faz ao júri: quer saber se o réu foi considerado inocente  
10 ou culpado. A decisão terá de se apoiar em provas concretas, em evidências objetivas, porque, como diz o aforisma jurídico, todo mundo é inocente até prova em  
13 contrário. Prova é qualquer evidência factual que auxilie no estabelecimento da verdade: uma foto do criminoso agredindo a vítima é uma prova. A culpa pode ser provada  
16 por meios como a confissão, o testemunho, as evidências resultantes da perícia, as provas documentais.

A culpabilidade é avaliada pelo aparato judicial: o juiz, 19 os jurados, os advogados de defesa e de acusação. O ato pode ser inerentemente mau (*malum in se*), como no caso do assassinato premeditado, ou pode ser um *malum prohibitum*,  
22 não necessariamente imoral ou lesivo, mas ainda assim proibido por causar transtornos ou problemas: estacionar em lugar não permitido, por exemplo. Uma vez constatada a  
25 culpa, a pena será imposta de acordo com as disposições judiciais.

A situação psicológica do réu é um complicador nessa 28 avaliação. Existem pessoas para quem matar outras pessoas pode não ser crime.

**QUESTÃO 4**

A respeito das ideias do texto, assinale a alternativa correta.

a) O contexto jurídico é apresentado, no texto, em contraposição às emoções, embora possa ser por elas influenciado.

b) O autor considera a confissão uma das provas incontestáveis de culpa.

c) De acordo com o texto, há pessoas que estão à margem da lei, obedecendo apenas à própria consciência.

d) No texto, defende-se a ideia de que aquilo que apenas causa transtorno ou problema não é imoral ou lesivo.

e) Conclui-se do texto que, apesar da objetividade no tratamento da culpa no contexto judicial, a crença do réu a respeito do certo e do errado pode alterar a avaliação judicial.

**QUESTÃO 5**

A respeito de aspectos linguísticos do texto, assinale a alternativa correta.

a) As formas participiais "culpada" (linha 4) e "regulamentada" (linha 6) classificam-se no texto como adjetivos e exercem a função de predicativo.

b) Em "quer saber se o réu foi considerado inocente ou culpado" (linhas 9 e 10), a partícula "se" classifica-se como conjunção e introduz o complemento da forma verbal "saber".

c) Em "o réu foi considerado inocente" (linha 9), "inocente" exerce a função de predicativo do objeto, pois refere-se a "o réu", paciente da ação verbal.

d) A correção gramatical do texto seria prejudicada caso a conjunção "porque" (linha 11) fosse substituída por **pois**.

e) A forma verbal "Existem" (linha 28) poderia ser corretamente substituída por **Hão**.

**QUESTÃO 6**

No que se refere ao emprego das formas pronominais no texto, assinale a alternativa correta.

a) Em "admita-o" (linha 4), o pronome "o" retoma "um peso importante" (linhas 1 e 2).

b) Tanto em "sinta-se" (linha 5) quanto em "traduz-se" (linha 8), a partícula "se" classifica-se como partícula apassivadora.

c) Em “terá de se apoiar” (linha 10), a partícula “se” poderia ser corretamente empregada imediatamente após o verbo “apoiar”: **terá de apoiar-se**.

d) O pronome **essa**, em “nessa avaliação” (linhas 27 e 28), antecipa a ideia que será expressa no período posterior.

e) Na linha 28, o pronome “quem” exerce a função de sujeito da forma verbal “matar”.

### QUESTÃO 7

- 1 Uma das tendências marcantes do pensamento moderno é a convicção generalizada de que o verdadeiro fundamento de validade do direito, em geral, e dos direitos humanos, em particular, já não deve ser procurado na esfera sobrenatural da revelação religiosa, tampouco em uma abstração metafísica. Se o direito é uma criação humana, o seu valor deriva, justamente, daquele que o criou, o que significa que esse fundamento não é outro, senão o próprio homem, considerado em sua dignidade substancial de pessoa, diante da qual as especificações individuais e grupais são sempre secundárias.

Fábio Comparato. Fundamento dos direitos humanos. Internet: <www.dhnet.org.br> (com adaptações).

**Dado o desenvolvimento das ideias no trecho de texto acima, é correto afirmar que a partícula “Se”, que inicia o segundo período,**

- a) poderia ser corretamente substituída por **Caso**.
- b) introduz uma oração de valor causal, podendo ser substituída por **Como**.
- c) classifica-se como conjunção integrante e introduz uma oração subordinada substantiva.
- d) poderia ser suprimida do texto, caso a forma verbal “é” (linha 6) fosse substituída por **sendo** e fosse empregada vírgula logo após “direito” (linha 6).
- e) introduz uma oração de valor temporal, podendo ser substituída por **Quando**.

### QUESTÃO 8

**No atual estágio da economia mundial globalizada, em que a capacidade de produzir amplia-se consideravelmente, em larga medida impulsionada pelos incessantes avanços tecnológicos, a integração de países e de regiões em torno de blocos torna-se, a rigor, exigência do novo tempo vivido pelo mundo. A despeito de crises, como a que atualmente envolve alguns de seus integrantes, a mais exitosa experiência de integração que se conhece, cujos primeiros passos foram dados nas**

**décadas que imediatamente se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial, é o(a)**

- a) Área de Livre Comércio das Américas (Alca).
- b) Mercado Comum do Sul (Mercosul).
- c) Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta).
- d) União Europeia (UE).
- e) Pacto Andino.

### QUESTÃO 9

**Uma visita estrangeira foi destaque no Brasil no primeiro semestre de 2013. Depois de anos tentando obter visto de saída de seu país, Yoani Sánchez foi recebida por admiradores, mas também por adversários, que chegaram a impedir a realização de alguns atos previamente agendados. Yoani Sánchez ficou conhecida em várias partes do mundo por suas posições, expressas em *blog* que ela mantém, de**

- a) crítica ao regime político cubano, a começar do cerceamento à liberdade.
- b) crítica ao imperialismo norte-americano, que impede o desenvolvimento de Cuba.
- c) apoio aos movimentos religiosos radicais, inclusive os que defendem atos terroristas.
- d) defesa do embargo comercial dos Estados Unidos ao regime dos irmãos Castro.
- e) crítica aos programas sociais em vigor em países da América Latina.

### QUESTÃO 10

**Nos dias de hoje, o agronegócio desempenha papel relevante na pauta das exportações brasileiras. Em larga medida, o avanço obtido pelo país na produção de alimentos deve-se ao trabalho de uma instituição científica voltada para o campo e com reconhecimento internacional. Essa instituição é o(a)**

- a) Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT).
- b) Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
- c) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
- d) Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).
- e) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).



### QUESTÃO 11

A Constituição Federal define o Brasil como um Estado democrático de direito cujos fundamentos são a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político. Relativamente aos direitos e garantias fundamentais, constitucionalmente assegurados e essenciais à plena cidadania, assinale a alternativa correta.

- a) É livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato.
- b) Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações.
- c) A casa é asilo inviolável do indivíduo, não sendo dado a ninguém nela penetrar sem autorização do morador.
- d) Sem exceção, é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telefônicas.
- e) É livre a manifestação intelectual e artística, admitindo-se a censura apenas para a televisão.

### QUESTÃO 12

Alberto, Belizário, Carlos, Demóstenes e Eduardo são praças que costumam fazer rondas em duplas na região de Samambaia – DF. O oficial superior deles determinou que as rondas devem ser feitas de forma a nunca se repetirem as duplas. Até o momento, Alberto e Carlos nunca saíram em ronda juntos, assim como Belizário e Demóstenes, mas todas as outras duplas possíveis já foram formadas. Sabendo que saem duas duplas de praças em cada ronda, assinale a alternativa que apresenta o total de rondas que já aconteceram.

- a) 10
- b) 8
- c) 5
- d) 4
- e) 2

### QUESTÃO 13

A afirmativa “Se a rosa é amarela, então o cravo é vermelho” é falsa, apenas quando a rosa

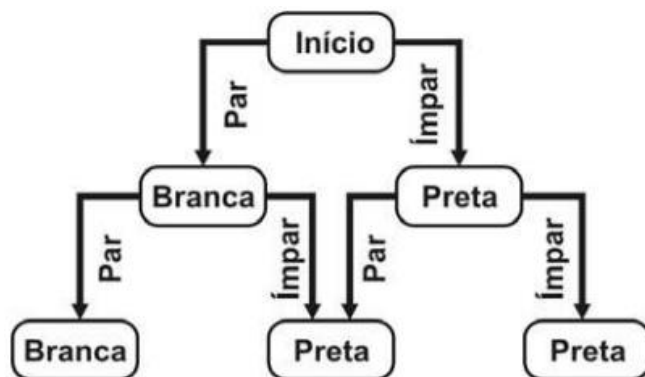
- a) não é amarela e o cravo não é vermelho.
- b) não é amarela e o cravo é vermelho.
- c) não é amarela e o cravo é branco.

- d) é amarela e o cravo é vermelho.
- e) é amarela e o cravo não é vermelho.

Texto para responder às questões 14 e 15.



Na figura acima, há uma peça de um jogo de xadrez que foi movida, a partir da posição mostrada, de acordo com os resultados de dois lançamentos sucessivos de um dado comum de seis faces, segundo o esquema apresentado na figura seguinte.



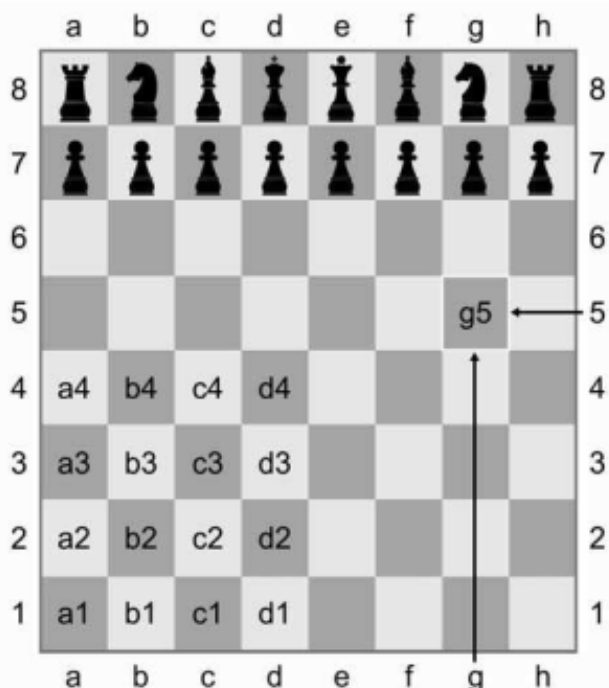
A peça em questão só pode se mover, de acordo com o sorteio, para uma das oito casas adjacentes àquela na qual se encontra. Os resultados obtidos nos dois lançamentos sucessivos do dado foram 4 e 5.

### QUESTÃO 14

As casas nas quais a peça esteve, de acordo com o texto, são, pela ordem:

- a) preta, preta e preta.
- b) branca, preta e branca.
- c) preta, branca e preta.
- d) branca, branca e preta.
- e) preta, branca e branca.

Figura para responder às questões 15 e 16.



As casas de um tabuleiro de xadrez são identificadas por letras e números, conforme a figura.

#### QUESTÃO 15

De acordo com o texto e considerando que a peça terminou seus dois movimentos na casa d4, assinale a alternativa que apresenta a casa em que ela poderia estar no início.

- a) a4
- b) b6
- c) c4
- d) d4
- e) e1

#### QUESTÃO 16

A figura mostra a disposição das peças de um jogo de xadrez segundo as regras do jogo. Considerando apenas as peças que estão na linha 8 da figura e ignorando as limitações das regras, assinale a alternativa que apresenta o total de disposições possíveis para essas oito peças de modo a distribuí-las na linha 8 do tabuleiro.

- a) 2.520
- b) 5.040
- c) 10.080
- d) 20.160

e) 40.320

#### QUESTÃO 17

O aplicativo Windows Explorer permite, entre outras coisas, localizar e executar programas instalados no computador.

Assinale a alternativa que apresenta o local (caminho) por meio do qual pode ser encontrado o aplicativo Windows Explorer no Windows XP em português.

- a) Iniciar / Painel de controle / Aplicativos
- b) Meu computador / Disco local (C:) / Aplicativos
- c) Iniciar / Todos os programas / Acessórios
- d) Meu computador / Arquivos de programas
- e) Iniciar / Executar / Aplicativos

#### QUESTÃO 18

Intranet é o nome dado a uma rede de computadores privada que utiliza protocolos e outras tecnologias próprias da Internet. Aplicações como abertura de chamados técnicos, atualizações de dados funcionais e acesso a notícias internas podem ser disponibilizadas na intranet de uma empresa. Considerando essa informação, assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito de uma intranet.

- a) A venda de produtos via Web é disponibilizada por meio da intranet de uma empresa.
- b) Os jornais e as revistas de circulação nacional têm usado a intranet como meio de divulgação via Web.
- c) A troca de mensagens de correio eletrônico depende do acesso à intranet da empresa.
- d) As aplicações da intranet são de acesso restrito dos colaboradores de uma empresa.
- e) Os *home bankings* são exemplo de aplicações seguras das intranets.

#### QUESTÃO 19

Com o uso crescente da Internet, aumenta também o número de ataques e a propagação de programas maliciosos de computador. Há diversos tipos de ataques virtuais, alguns relacionados com o acesso indevido a redes de computadores de terceiros e outros em forma de vírus embutidos em programas ou mensagens eletrônicas. Um novo tipo de golpe tem como objetivo capturar informações como

nomes, números de contas e cartões de crédito, senhas, utilizando mensagens falsas e fazendo a vítima acreditar que está fornecendo tais informações a uma pessoa de confiança. O nome dado a esse tipo de ataque é

- a) *spam*.
- b) *spyware*.
- c) *phishing*.
- d) *trojan*.
- e) *worms*.

#### QUESTÃO 20

A cópia de segurança de documentos armazenados em computador, conhecida por *backup*, é um procedimento que deve ser realizado com frequência para evitar a perda de informações importantes para o usuário e para a empresa onde trabalha. O *backup* pode ser realizado de forma completa, com a cópia de todos os arquivos selecionados, ou de forma parcial, quando se copia apenas os arquivos que foram alterados desde a última cópia completa. O nome que se dá à cópia parcial de arquivos é

- a) *backup* diário.
- b) *backup* periódico.
- c) *backup* esporádico.
- d) *backup* parcial.
- e) *backup* incremental.

#### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

#### QUESTÃO 21

A teoria das inteligências múltiplas não atribui às aptidões medidas pelo quociente de inteligência (QI) a posição superior que elas têm na teoria clássica, mas inter-relaciona diversas aptidões distintas. Sendo assim, a capacidade de controlar e orquestrar o movimento do corpo e de manejar objetos com habilidade refere-se à inteligência

- a) linguística.
- b) lógica.
- c) naturalista.
- d) existencial.
- e) cinestésica.

#### QUESTÃO 22

A gestão de pessoas compreende uma infinidade de variáveis que influenciam o comportamento humano, e a liderança é uma delas. Com base nessa informação, assinale a alternativa que apresenta o nome do modelo de liderança que emerge de estudos contemporâneos e foca nas relações de interesse dos liderados, muitas vezes oferecendo recompensas ou ameaças.

- a) Liderança Carismática
- b) Liderança Situacional
- c) Liderança Bidimensional
- d) Liderança Transformadora
- e) Liderança Transacional

#### QUESTÃO 23

Em qualquer momento, valores éticos antigos convivem com valores mais novos e contemporâneos. Assinale a alternativa que apresenta a fase em que a ética das convenções coordena as interações nas organizações.

- a) ética relativa
- b) responsabilidade social
- c) darwinismo social
- d) estágio pós-convencional da ética
- e) estágio convencional da ética

#### QUESTÃO 24

No que se refere aos fundamentos da organização dos Poderes e do Distrito Federal (DF), previstos na Lei Orgânica do Distrito Federal, assinale a alternativa correta.

- a) A preservação da autonomia do DF como unidade federativa constitui-se em um dos seus objetivos prioritários.
- b) É assegurado o exercício do direito de petição ou representação. O pagamento de taxas ou emolumentos, ou de garantia de instância, serão dispensados para aqueles que provarem não dispor de condições financeiras suficientes para tanto.
- c) A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo e ação popular.



**d)** O DF encontra-se no pleno exercício de sua autonomia política e administrativa, não gozando, porém, de autonomia financeira.

**e)** Ninguém será discriminado ou prejudicado em razão de nascimento, idade, etnia, raça, cor, sexo, estado civil, trabalho rural ou urbano, religião, convicções políticas ou filosóficas, orientação sexual, deficiência física, imunológica, sensorial ou mental, por ter cumprido pena, nem por qualquer particularidade ou condição, observada a Constituição Federal.

### **QUESTÃO 25**

**Relativamente à organização do DF, estabelecida em sua Lei Orgânica, assinale a alternativa correta.**

**a)** A atividade de proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência é de competência privativa do DF.

**b)** A administração fazendária e seus agentes fiscais, aos quais compete exercer privativamente a fiscalização de tributos do DF, terão, em suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

**c)** É vedado ao DF doar bens imóveis de seu patrimônio ou constituir sobre eles ônus real, bem como conceder isenções fiscais ou remissões de dívidas, sem expressa autorização do Tribunal de Contas do DF, sob pena de nulidade do ato.

**d)** Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional do DF, ficam assegurados o recebimento de adicional de um por cento por ano de serviço público efetivo, nos termos da lei; a contagem, para todos os efeitos legais, do período em que o servidor estiver de licença concedida por hospital do DF; e a contagem recíproca, para efeito de aposentadoria, do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, urbana, na forma prevista na Constituição Federal.

**e)** É assegurada a participação de servidores públicos na diretoria de fundos e entidades para as quais contribuem, na forma da lei.

### **QUESTÃO 26**

**Assinale a alternativa correta no tocante à Lei Orgânica do Distrito Federal.**

**a)** A nomeação do comandante-geral da Polícia Militar é de competência privativa do governador do DF.

**b)** Ato do Comandante da Polícia Militar que atentar contra a lei orçamentária constitui-se em mera infração administrativa.

**c)** Ao policial militar do DF é assegurada assistência jurídica especializada por meio da assistência judiciária, quando no exercício da função se envolver em fatos de natureza penal, administrativa ou pessoal.

**d)** A legislação penitenciária do DF assegurará o respeito às regras da Organização dos Estados Americanos para o tratamento de reclusos, a defesa técnica nas infrações disciplinares e definirá a composição e competência do Conselho de Política Penitenciária do DF.

**e)** Compete à Polícia Militar o exercício do poder de polícia administrativa de trânsito.

### **QUESTÃO 27**

**A atividade do Estado que consiste na limitação do exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público caracteriza-se como poder**

**a)** regulamentar.

**b)** vinculado.

**c)** disciplinar.

**d)** de polícia.

**e)** hierárquico.

### **QUESTÃO 28**

**No tocante aos atos administrativos, assinale a alternativa correta.**

**a)** O ato administrativo válido, revogado pela administração pública, produz efeitos *ex tunc*.

**b)** O ato administrativo com vício no que se refere à forma pode ser convalidado.

**c)** A anulação do ato administrativo, praticado em desacordo com o ordenamento jurídico, somente pode ser promovida pelo Poder Judiciário.

**d)** Ao Poder Judiciário não é permitida a revogação dos atos praticados pela administração pública no tocante aos próprios atos administrativos do Poder Judiciário.

**e)** Os atos administrativos que produziram direitos adquiridos podem ser revogados.

**QUESTÃO 29**

De acordo com Hely Lopes Meirelles, o ato administrativo discricionário, unilateral e precário, pelo qual o Poder Público torna possível ao pretendente a realização de certa atividade, serviço ou utilização de determinados bens particulares ou públicos, de seu exclusivo ou predominante interesse, que a lei condiciona à aquisição prévia da Administração é o(a)

- a) aprovação.
- b) autorização.
- c) homologação.
- d) permissão.
- e) licença.

**QUESTÃO 30**

Relativamente aos poderes da administração pública, assinale a alternativa correta.

- a) Poder vinculado é aquele em que a administração pública obriga-se a praticar determinado ato, cumprindo fielmente o que a lei impõe. Todavia, caso o agente público, no cumprimento do ato, verifique que ação contrária ao dispositivo legal atenderá com maior efetividade ao interesse público, poderá agir de forma distinta da lei, prestando a devida justificativa.
- b) Poder hierárquico é aquele de que dispõe o Executivo para organizar e distribuir as funções de seus órgãos, regulamentando os direitos e deveres de seus agentes, sendo característica desse poder a possibilidade de o superior hierárquico aplicar sanções disciplinares aos seus subordinados.
- c) Poder disciplinar refere-se ao dever de punição em face do cometimento de faltas ou infringência aos deveres funcionais por agentes públicos, estendendo-se também à sanção de condutas particulares, uma vez que o interesse público prevalece sobre o particular.
- d) Também denominado poder normativo, o poder regulamentar é o poder que detém o chefe do Executivo de detalhar a lei para sua correta execução, ou de expedir decretos autônomos para disciplinar matéria de sua competência.
- e) O poder de polícia da Administração, em regra, tem natureza repressiva, sendo executado por órgãos de segurança da

administração pública, incidindo sobre a pessoa que pratica ilícito penal.

**QUESTÃO 31**

No que se refere aos princípios aplicáveis à administração pública, assinale a alternativa correta.

- a) O princípio da motivação deverá ser observado sempre que a prática de atos administrativos implique na garantia do contraditório e da ampla defesa.
- b) Segundo o princípio da legalidade, à administração pública é permitida a prática de atos, desde que não haja vedação legal.
- c) Nos termos do que prescreve a Constituição Federal, se houver violação ao princípio da moralidade administrativa, qualquer cidadão será parte legítima para propor ação civil pública.
- d) O princípio da eficiência determina que a atividade desenvolvida pela administração pública deve observar o interesse público, sendo atribuída aos órgãos e entidades em nome dos quais foi praticada e não à pessoa do agente público.
- e) A divulgação de ato administrativo por meio de rádio de grande abrangência nacional é suficiente para o atendimento do princípio da publicidade.

**QUESTÃO 32**

Consoante estabelece a Constituição Federal, no tocante aos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta.

- a) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigida prévia autorização à autoridade competente.
- b) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- c) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, em ambos os casos, o trânsito em julgado.
- d) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.



e) Não haverá penas de morte em quaisquer hipóteses.

### QUESTÃO 33

**Segundo a Constituição Federal, são brasileiros natos os**

a) que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.

b) nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que ambos estejam a serviço da República Federativa do Brasil.

c) nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes estejam a serviço de seu país.

d) nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

e) portugueses com residência permanente no País há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal.

### QUESTÃO 34

**Em conformidade com o texto constitucional, assinale a alternativa correta.**

a) A liberdade de pensamento é considerada como um direito inerente a cada pessoa, que a permite idealizar e externar suas ideias de forma absoluta. O pensamento, por si só, não pode sofrer qualquer limitação, eis que de foro íntimo. A Constituição Federal, quando trata dos direitos e deveres individuais e coletivos, busca tutelar a manifestação do pensamento, sem estabelecer qualquer possibilidade de censura por parte do Estado, vedando, todavia, o anonimato.

b) É assegurado o livre exercício profissional, podendo o cidadão praticar qualquer trabalho, ofício ou profissão, sem que o legislador ordinário possa efetuar qualquer restrição de acordo com a natureza da profissão.

c) A Emenda Constitucional n.º 45/2004 inseriu uma garantia constitucional segundo a qual serão assegurados a todos, no âmbito judicial e administrativo, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação, estabelecendo prazo para que a

prestação jurisdicional seja efetivamente entregue.

d) Com o intuito de preservar a segurança jurídica, a Constituição Federal prescreve que a lei penal nunca retroagirá.

e) Visando a proteger os direitos individuais líquidos e certos, não amparados por *habeas corpus* e *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público, a Constituição Federal previu a concessão do mandado de segurança. Ante as características da ação constitucional mencionadas, a Carta Magna não admitiu o mandado de segurança coletivo.

### QUESTÃO 35

**Assinale a alternativa correta no que concerne às atribuições do presidente da República previstas no texto constitucional.**

a) O presidente da República poderá vetar projetos de lei, total ou parcialmente, podendo tal atribuição ser delegada ao advogado-geral da União.

b) O presidente da República poderá dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos e sobre a extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos, sendo vedada a delegação de tais atribuições.

c) Caberá ao presidente da República decretar o estado de defesa e o estado de sítio e decretar e executar a intervenção federal, sendo vedada a delegação.

d) O presidente da República poderá conferir condecorações e distinções honoríficas, podendo delegar tais atribuições aos ministros de Estado, ao procurador-geral da República ou ao advogado-geral da União.

e) O presidente da República não poderá delegar a atribuição de conceder indulto e comutar penas.

### QUESTÃO 36

**Com relação à administração pública, assinale a alternativa correta.**

a) A remuneração dos servidores públicos somente poderá ser fixada ou alterada por lei complementar, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual,

sempre na mesma data e sem distinção de índices.

**b)** Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

**c)** A Constituição Federal garante aos servidores públicos civis e militares o direito à livre associação sindical.

**d)** Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei ordinária, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

**e)** As pessoas jurídicas de direito público, as de direito privado prestadoras de serviços públicos e as empresas públicas e sociedades de economia mista responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

#### QUESTÃO 37

**Sentença penal condenatória determinou a aplicação da sanção de pena privativa de liberdade ao réu e a decretação do perdimento de bens que, nos termos da lei, acabaram por afetar seus familiares, exatamente no montante do patrimônio transferido pelo réu.**

**Considerando essa situação hipotética e os princípios constitucionais que regem o Direito Penal, assinale a alternativa correta.**

**a)** A imposição da pena privativa de liberdade ao réu e não a seus familiares, que não praticaram crime, corresponde à aplicação integral do princípio constitucional da individualização da pena.

**b)** A imposição do perdimento de bens aos familiares do condenado acabou por não observar o princípio constitucional da personalidade ou responsabilidade pessoal.

**c)** A extensão dos efeitos da condenação, com a decretação do perdimento de bens, afetando os familiares do condenado não poderia ocorrer, em virtude da necessidade de se observar o princípio constitucional da legalidade estrita.

**d)** O fato de a pena privativa de liberdade ter atingido apenas a pessoa do condenado com extensão, aos familiares, da obrigação de reparar o dano, atende integralmente o que

prescreve o princípio constitucional da personalidade ou responsabilidade pessoal.

**e)** O princípio da personalidade ou da responsabilidade pessoal é um princípio implícito na Constituição Federal vigente.

#### QUESTÃO 38

**A prática da tortura é crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, bem como por sua prática responde, também, aquele que podendo evitar se omite (conduta omissiva). Considerando essa informação, assinale a alternativa correta.**

**a)** A lei que pune a conduta criminosa da tortura encontra-se albergada, entre outros fundamentos previstos na Constituição Federal, na proteção da dignidade da pessoa humana, que está prevista no capítulo que trata dos princípios constitucionais.

**b)** A omissão não é conduta a ser incriminada no caso da tortura, em função de o princípio da responsabilidade subjetiva ser movido apenas pelo dolo e não pela culpa.

**c)** O princípio da legalidade estrita, que é a base para aplicação do direito penal brasileiro, coaduna-se tão-somente com a incriminação de condutas dolosas.

**d)** No caso de conduta omissiva, aplica-se o princípio constitucional da responsabilidade objetiva, pois mesmo sendo praticada a omissão, o sujeito será punido criminalmente pela tortura que efetivamente não praticou.

**e)** A intenção do sujeito ativo na prática de tortura, levada em consideração na sentença penal condenatória, a fim de dimensionar a sanção penal a ser aplicada, em função das circunstâncias individuais do réu, corresponde ao princípio da retroatividade da lei.

#### QUESTÃO 39

**Uma pessoa maior de dezoito anos, com plena capacidade mental e psicológica, ao passar na rua por uma idosa, resolveu fazer uma brincadeira e soltou um rato domesticado perto dela, que se assustou com o animal e resolveu correr, momento em que tropeçou, bateu a cabeça e veio a óbito.**

**Com base nesse caso hipotético, assinale a alternativa correta.**

**a)** O maior de dezoito anos é ao mesmo tempo sujeito ativo e passivo, uma vez que acabou

prejudicado com a reação da idosa, pois não tinha a intenção de matá-la.

**b)** Há licitude na conduta do agente, pois ele não tinha a intenção de matar a idosa.

**c)** Há tipicidade penal na conduta do maior de dezoito anos no resultado da morte da idosa.

**d)** A idosa é sujeito ativo do fato criminoso.

**e)** No caso, não haverá culpabilidade, uma vez que o sujeito passivo é idoso.

#### **QUESTÃO 40**

**Um menor de dezesseis anos pegou uma arma de fogo e atirou, com intenção de matar, contra outro menor, conseguindo atingi-lo, mas não o matou. Nesse caso,**

**a)** há tipicidade na conduta do menor de idade para o Código Penal, não havendo qualquer excludente de culpabilidade.

**b)** o menor foi movido pela intenção de matar, motivo pelo qual estão presentes tanto a ilicitude quanto a culpabilidade.

**c)** não há sujeito passivo no fato, uma vez que menores de dezoito anos não podem cometer crimes.

**d)** não haverá punibilidade, em função da atipicidade do fato.

**e)** há tipicidade no fato hipotético, mas não há culpabilidade, uma vez que o menor é inimputável.

#### **QUESTÃO 41**

**Um adulto e dois menores resolveram praticar o crime chamado popularmente de "sequestro relâmpago" e dividir o produto do crime. O adulto levou os menores, em seu carro, ao local para a realização do crime e retornou para a sua casa. Os menores abordaram uma vítima que estava entrando em seu veículo e a levaram consigo, deixando-a na rodovia mais próxima trinta minutos depois. Saíram do local na posse do veículo subtraído e, posteriormente, venderam-no para outro grupo de receptadores.**

**A respeito da situação hipotética, assinale a alternativa correta.**

**a)** No fato, não há concurso de agentes, uma vez que os dois menores foram os responsáveis por abordar a vítima.

**b)** O sujeito ativo do crime, o adulto, está amparado pela excludente de ilicitude, uma vez

que apenas dirigiu seu carro e retornou para casa, não tendo abordado a vítima em conjunto com os menores.

**c)** No caso, há tipicidade e culpabilidade na conduta do adulto, bem como é o caso de concurso de pessoas, mesmo tendo sido o crime praticado em companhia de inimputáveis.

**d)** Há uma excludente de culpabilidade do adulto, uma vez que a reprovação da sua conduta deve ser menor que a dos dois menores.

**e)** Não haverá a punibilidade do adulto, em função de o fato praticado pelos menores ser excludente de culpabilidade.

#### **QUESTÃO 42**

**No tocante ao inquérito policial, é correto afirmar que**

**a)** a autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito por ausência de materialidade do delito.

**b)** o inquérito é procedimento administrativo, informativo e indispensável.

**c)** o Código de Processo Penal impossibilita o desarquivamento do inquérito policial.

**d)** o ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer à autoridade policial a realização de qualquer diligência.

**e)** é irrecorrível o despacho que indeferir a abertura de inquérito policial.

#### **QUESTÃO 43**

**A injúria é crime de ação penal**

**a)** exclusivamente privada.

**b)** privada subsidiária da pública.

**c)** privada personalíssima.

**d)** pública condicionada.

**e)** pública incondicionada.

#### **QUESTÃO 44**

**Tendo em mãos mandado de busca domiciliar expedido pela autoridade judiciária competente, a polícia poderá executá-lo**

**a)** apenas durante o dia.

**b)** apenas à noite.

**c)** à noite, desde que autorizada pelo morador.

**d)** durante o dia, desde que autorizada pelo morador.



e) a qualquer hora, desde que exiba ao morador o mandado judicial.

#### QUESTÃO 45

**Quando a infração penal deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito,**

a) que poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.

b) que será realizado apenas por perito oficial, portador ou não de diploma de curso superior.

c) sendo facultado apenas ao Ministério Público formular quesitos e apresentar assistente técnico durante a realização do exame.

d) ficando o juiz adstrito ao laudo do exame.

e) podendo ser suprido pela confissão do acusado.

#### QUESTÃO 46

**De acordo com o Código de Processo Penal, ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, no curso da investigação ou do processo, em virtude de prisão temporária ou prisão preventiva. Com relação à prisão em flagrante, assinale a alternativa correta.**

a) Poderá o preso pleitear ao juiz sua liberdade provisória, havendo ilegalidade no auto de prisão em flagrante.

b) Independentemente da lavratura do auto de prisão em flagrante, se o réu se livrar solto, deverá ser posto em liberdade.

c) Considera-se em flagrante delito o indivíduo que é perseguido, logo após cometer infração penal, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.

d) O auto de prisão em flagrante será assinado por uma testemunha que tenha ouvido a leitura na presença do condutor e do acusado quando este se recusar a assinar, não souber ou não puder fazê-lo.

e) Somente a autoridade policial e seus agentes poderão prender alguém em flagrante delito.

#### QUESTÃO 47

**Nos termos da Lei n.º 8.072/1990, considera-se como crime hediondo**

a) o homicídio simples.

b) a alteração de produto destinado a fins terapêuticos.

c) expor alguém, por meio de relações sexuais, a contágio de moléstia venérea de que sabe estar contaminado.

d) a lesão corporal de natureza grave.

e) o aborto provocado pela gestante.

#### QUESTÃO 48

**Nos termos da Lei n.º 5.553/1968, a retenção injustificada de qualquer documento de identificação pessoal**

a) constitui contravenção penal.

b) constitui crime.

c) constitui infração administrativa, apenas.

d) constitui crime e infração administrativa.

e) não constitui qualquer infração se apresentado por fotocópia autenticada.

#### QUESTÃO 49

**De acordo com a Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei n.º 3.688/1941), a tentativa de contravenção do jogo do bicho**

a) possui como penas principais a prisão simples e a multa.

b) possibilita a aplicação do *sursis*, desde que o contraventor preencha as condições legais.

c) não enseja o perdão judicial, ainda que haja ignorância ou errada compreensão da lei pelo contraventor.

d) é apurável mediante ação pública condicionada.

e) não é punida.

#### QUESTÃO 50

**Com relação aos dispositivos da Lei n.º 9.099/1999, que dispõe acerca dos Juizados Especiais Criminais, assinale a alternativa correta.**

a) As contravenções penais não são alcançadas pelos Juizados Especiais Criminais.

b) Não obtida a composição dos danos civis, será dada imediatamente ao ofendido a oportunidade de exercer o direito de representação verbal.

c) A competência do Juizado Especial Criminal será determinada pelo domicílio do réu.

d) A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência da infração penal lavrará o auto de

prisão e o encaminhará ao Juizado, com o autor do fato.

**e)** As infrações penais abrangidas pela Lei são processadas apenas mediante ação penal pública incondicionada.

#### **QUESTÃO 51**

**Relativamente aos crimes cometidos na direção de veículos automotores, segundo o Código de Trânsito Brasileiro, assinale a alternativa correta.**

**a)** Ao autor do homicídio culposo, ainda que tenha socorrido a vítima, caberá a prisão em flagrante.

**b)** A Lei autoriza a aplicação indistinta da transação penal aos crimes de trânsito.

**c)** Participar de um "racha", sem resultar dano potencial à incolumidade pública ou privada, caracteriza o crime previsto na Lei.

**d)** No crime de trânsito de lesão corporal culposa, sob a influência de álcool, é exigida a instauração de inquérito policial.

**e)** A multa reparatória em favor da vítima, ou de seus sucessores, poderá ser superior ao valor do prejuízo demonstrado no processo.

#### **QUESTÃO 52**

**Relativamente aos crimes de tortura previstos na Lei n.º 9.455/1997, é correto afirmar que o(s)**

**a)** sujeito ativo do crime de tortura é a autoridade pública.

**b)** dispositivos da Lei só são aplicáveis aos crimes de tortura praticados no território nacional.

**c)** agrupamento de pessoas que seguem a mesma religião pode ser alvo do crime de tortura.

**d)** condenado por crime de tortura sempre iniciará o cumprimento da pena em regime fechado.

**e)** crime de tortura é inafiançável, suscetível de indulto, graça e anistia.

#### **QUESTÃO 53**

**Nos termos da Lei n.º 9.605/1998, que impôs medidas penais às condutas lesivas ao meio ambiente, é correto afirmar que**

**a)** constitui crime explorar economicamente floresta plantada em terras de domínio público,

ainda que para garantia de sobrevivência do agente.

**b)** não cabe transação penal nos crimes ambientais.

**c)** a responsabilidade penal das pessoas jurídicas exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato.

**d)** o infrator arrependido que espontaneamente reparar o dano deve receber o benefício da atenuação da pena.

**e)** a ação penal é pública condicionada à representação do Ministério do Meio Ambiente.

#### **QUESTÃO 54**

**Noel contratou os serviços de assistência técnica de uma oficina mecânica para fazer a manutenção de rotina de seu automóvel. Liberado o carro pela oficina, Noel viajou com a família. O carro apresentou diversos problemas que obrigaram Noel a procurar um mecânico durante a viagem, vindo a constatar que a oficina havia empregado peças e componentes de reposição usados que comprometeram o desempenho e a segurança do carro.**

**Nos termos da Lei n.º 8.078/1990, considerando essa situação, é correto afirmar que**

**a)** a pessoa jurídica, fornecedora do serviço, pode ser responsabilizada pelo crime.

**b)** o fato se torna lícito com o pagamento do serviço pelo consumidor.

**c)** é indispensável a ocorrência de efetiva lesão ao consumidor para a configuração do crime.

**d)** o crime é de ação penal pública condicionada à representação da vítima.

**e)** o crime só se consuma se praticado à revelia do consumidor.

#### **QUESTÃO 55**

**No que se refere à aplicação da lei penal militar, assinale a alternativa correta.**

**a)** Considera-se praticado o fato, no lugar em que se desenvolveu a atividade criminosa, no todo ou em parte, e ainda que sob forma de participação, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado. Nos crimes omissivos, o fato considera-se praticado no lugar em que deveria realizar-se a ação omitida.

**b)** A pena dos crimes militares pode ser cominada por lei formal ou por regulamento disciplinar da corporação.

**c)** Aos crimes praticados em tempo de guerra aplicam-se, em regra, as mesmas penas cominadas para o tempo de paz.

**d)** Considera-se praticado o crime no momento da produção do resultado.

**e)** Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando, em virtude dela, a própria vigência de sentença condenatória irrecorrível, inclusive quanto aos efeitos de natureza civil.

#### **QUESTÃO 56**

**Um soldado da polícia militar fazia patrulhamento em via pública quando se deparou com pessoa que parecia portar drogas. Ao aproximar-se para efetuar busca pessoal, o abordado correu para evitar a prisão, momento em que o soldado efetuou disparos com a arma de fogo da corporação para impedir a fuga, com isso provocando a morte do civil.**

**Com base na situação descrita e considerando que o Código Penal Militar prevê que a conduta de matar alguém corresponde ao crime de homicídio simples, assinale a alternativa correta.**

**a)** O soldado praticou crime militar, motivo pelo qual será julgado pela Justiça Militar do Distrito Federal.

**b)** Apesar de o ato praticado pelo soldado não ser crime militar, o julgamento será realizado perante a Justiça Militar.

**c)** A conduta praticada pelo soldado não é crime, uma vez que agiu em exercício regular de direito.

**d)** Por se tratar de crime doloso praticado contra a vida de civil, a conduta do soldado não caracteriza crime militar, razão pela qual o julgamento ocorrerá na Justiça Comum.

**e)** A conduta praticada pelo soldado não é crime, uma vez que agiu no estrito cumprimento do dever legal.

#### **QUESTÃO 57**

**Com relação ao conceito de crime militar e às penas no Código Penal Militar, assinale a alternativa correta.**

**a)** São penas principais a reclusão, a detenção e a perda da função pública.

**b)** A pena de reclusão ou de detenção de até dois anos, aplicada a militar, é convertida em pena de prisão.

**c)** A pena privativa da liberdade por mais de dois anos, aplicada a militar, é cumprida em penitenciária militar, não se admitindo, em hipótese alguma, a sua execução em estabelecimento prisional civil.

**d)** A pena de reforma sujeita o condenado à situação de inatividade, hipótese em que perceberá, no mínimo, quantia equivalente ao soldo.

**e)** Os crimes de abuso de autoridade, previstos na Lei n.º 4.898/1965, quando praticados por militar da ativa, caracterizam crime militar, segundo critérios definidos no art. 9.º do Código Penal Militar.

#### **QUESTÃO 58**

**Quanto ao crime e ao concurso de agentes no Código Penal Militar, assinale a alternativa correta.**

**a)** A participação de somenos importância é causa de diminuição da pena de um sexto a um terço.

**b)** O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, não será punido sequer pelos atos já praticados.

**c)** Não há crime quando o comandante de navio, aeronave ou praça de guerra, na iminência de perigo ou grave calamidade, compele os subalternos, por meios violentos, a executar serviços e manobras urgentes, para salvar a unidade ou vidas, ou evitar o desânimo, o terror, a desordem, a rendição, a revolta ou o saque.

**d)** O agente que executa o crime, ou dele participa, mediante paga ou promessa de recompensa, não tem a sua pena agravada no âmbito do Direito Penal Militar.

**e)** O soldado da polícia militar não é culpado se comete crime em estrita obediência à ordem direta de superior hierárquico em matéria de serviços, ainda que manifestamente criminosa.

#### **QUESTÃO 59**

**A respeito da pena de morte, assinale a alternativa correta.**

**a)** Poderá ser aplicada a qualquer crime militar, quando reputada adequada para a reprovação do crime pelo juiz auditor.





**b)** A pena de morte é executada por enforcamento.

**c)** A pena de morte pela prática de crime militar é considerada pena principal, mas só poderá ser aplicada em caso de guerra declarada.

**d)** A pena de morte prescreve em vinte anos.

**e)** A sentença definitiva de condenação à morte somente será comunicada ao presidente da República quando ela for imposta em zona de operações de guerra, pois ele poderá conceder indulto ou comutar a pena. Nos demais casos, como a pena é executada imediatamente, não há utilidade na notificação do presidente.

**QUESTÃO 60** \_\_\_\_\_

**Acerca dos crimes militares em tempo de paz, assinale a alternativa correta.**

**a)** A prática de ato de violência contra superior hierárquico é crime militar, enquanto praticar violência contra inferior consiste apenas em falta disciplinar.

**b)** Os policiais militares que recebem pagamento de comerciante para concentrarem a sua patrulha na região do estabelecimento comercial dele não praticam corrupção passiva, pois o mencionado crime só ocorre quando o recebimento de vantagem indevida tiver como finalidade a prática de ato ilícito.

**c)** O policial militar que, ao atender ocorrência de trânsito, se apropria de arma que recolhera do interior de um dos veículos envolvidos na ocorrência não pratica peculato.

**d)** Embriagar-se o militar, quando em serviço, caracteriza crime militar, mas apresentar-se embriagado para prestá-lo caracteriza apenas infração disciplinar.

**e)** O militar que se ausentar, sem licença, da unidade em que serve, pelo período de cinco dias, não pratica crime de deserção.



**PROVA COMENTADA**

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**PORTUGUÊS – PROF. DÉCIO TERROR**

**Texto para responder às questões de 1 a 3.**

1 Aquilo que a tradição jurídica europeia continental  
chama de Estado de direito é, com apenas pequenas  
distinções, basicamente o que a tradição jurídica  
4 anglo-saxônica chama de *rule of law* (domínio da lei), ou  
seja, a garantia de proibição do exercício arbitrário do poder,  
a exigência de normas públicas claras e consistentes e a  
7 existência de tribunais acessíveis e estruturados para ouvir e  
determinar as diversas reivindicações legais. Contudo, ao  
contrário do que ocorre com a expressão Estado de direito, o  
10 termo *rule of law* não apresenta qualquer indício de  
contradição ou de redundância, pois o que ele evoca é  
claramente uma limitação ao exercício do poder político, ou  
13 seja, a eliminação do arbítrio no exercício dos poderes  
públicos com a consequente garantia de direitos dos  
indivíduos perante esses poderes.

16 A tradição anglo-saxônica do *rule of law* não atribui  
uma dimensão meramente formal à ideia de Estado de  
direito, incluindo também uma dimensão substancial. Com  
19 efeito, a *rule of law* não apenas submete o exercício do  
poder ao direito, concebendo diversos mecanismos de  
controle dos atos governamentais, mas também concede aos  
22 indivíduos direitos inalienáveis anteriores à própria ordem  
estatal. Nesse sentido, é importante ressaltar que o princípio  
do devido processo legal relaciona-se à ideia de que os  
25 indivíduos, além de serem tratados segundo aquilo que a lei  
lhes reserva ou atribui (igualdade perante a lei), devem  
fundamentalmente ser tratados segundo procedimentos  
28 justos e equitativos.

Nos países que pertencem à tradição do *civil law*, ao  
contrário, a noção de Estado de direito foi concebida  
31 inicialmente em uma dimensão meramente formal,  
confundindo-se com o próprio princípio da legalidade, que  
estabelece que todos os atos emanados dos órgãos do  
34 Estado devem estar habilitados juridicamente, isto é, devem  
estar fundados e motivados em uma hierarquia de normas  
públicas, claras, abstratas e gerais.

37 Essa submissão do poder estatal à hierarquia das  
normas sofreu uma inflexão com o advento do chamado  
Estado de bem-estar social. Esse novo modelo, oriundo das  
40 revoluções sociais do século XX, passou a atribuir novas  
responsabilidades à ordem estatal, principalmente a de  
assumir o desenvolvimento econômico e social, criando  
43 mecanismos de proteção contra os efeitos colaterais da  
economia de mercado.

Nos últimos anos, a tradição continental passou a  
46 incorporar a dimensão substancial da *rule of law*, incluindo  
dispositivos de garantia dos direitos fundamentais. Essa  
nova modalidade de Estado de direito vem recebendo o  
49 nome de Estado constitucional. A principal distinção entre o  
Estado constitucional e as antigas noções de Estado de  
direito encontra-se no fato de que o primeiro não se limita  
52 aos aspectos formais da legalidade do exercício do poder,  
mas inclui normas substanciais expressas nos chamados  
princípios constitucionais e nas normas relativas aos direitos  
55 fundamentais.

Eduardo R. Rabenhorst. Democracia e direitos fundamentais.  
Em torno da noção de estado de direito. Internet:  
<www.dhnet.org.br> (com adaptações).

**QUESTÃO 1**

**Infer-se do texto que o(a)**

- a)** princípio do devido processo legal surgiu nos países anglo-saxônicos como meio de garantir os direitos individuais inalienáveis antes mesmo da organização dos Estados.
- b)** modelo anglo-saxônico de controle do poder estatal inspirou as revoluções sociais do século XX e a consequente criação do conceito de Estado constitucional.
- c)** economia de mercado provocou uma crise do modelo de Estado de direito tradicionalmente adotado na Europa continental, tendo sido o Estado de bem-estar social criado para garantir os avanços de controle do poder do Estado alcançados até então.
- d)** princípio da legalidade é aplicado apenas em países pertencentes à tradição do Estado de direito, dado que com ele se confunde.
- e)** contradição ou a redundância atribuída à expressão Estado de direito relaciona-se ao fato de seu conceito possuir apenas uma dimensão formal.

**Comentários:**

Aqui segue uma consideração importante. O texto trata de alguns assuntos sobre os quais possivelmente você já estudou ou vem estudando nas áreas do direito, porém devemos nos lembrar de que a interpretação é textual, não do conhecimento que nós adquirimos de determinada matéria. É claro que um texto de prova dificilmente vai contra a doutrina, mas devemos sempre partir do princípio de eliminação das alternativas erradas, com dados do texto, não simplesmente pelo nosso conhecimento de mundo. O que quero dizer é que, independente da área que o texto abarque, devemos interpretar pelos dados explícitos ou implícitos do texto. Por isso, você verá minha restrição aos dados do texto e não a nenhuma corrente doutrinária.

A alternativa (A) está errada, pois o texto somente afirma que “o princípio do devido processo legal relaciona-se à ideia de que os indivíduos, além de serem tratados segundo aquilo que a lei lhes reserva ou atribui (igualdade perante a lei), devem fundamentalmente ser tratados segundo procedimentos justos e equitativos”. O texto nada fala da origem do princípio do devido processo legal.

A alternativa (B) está errada, pois tenta fazer uma relação de causa e efeitos entre “modelo anglo-saxônico de controle do poder estatal”, “as revoluções sociais do século XX” e “criação do conceito de Estado constitucional”. Porém, o texto nos mostra que “as revoluções sociais do século XX” levaram ao modelo de “Estado de bem-estar social”, o qual passou a atribuir novas responsabilidades à ordem estatal, principalmente a de assumir o desenvolvimento econômico e social, criando mecanismos de proteção contra os efeitos colaterais da economia de mercado. Confirme:

“...Estado de bem-estar social. Esse novo modelo, oriundo das revoluções sociais do século XX, passou a atribuir novas responsabilidades à ordem estatal, principalmente a de assumir o desenvolvimento econômico e social, criando mecanismos de proteção contra os efeitos colaterais da economia de mercado.”

A alternativa (C) está errada, pois é afirmado no texto que o Estado de bem-estar social é oriundo das revoluções sociais do século XX e passou a atribuir novas responsabilidades à ordem estatal, principalmente a de assumir o desenvolvimento econômico e social, criando mecanismos de proteção contra os efeitos colaterais da economia de mercado (e não para garantir os avanços de controle do poder do Estado).

A alternativa (D) está errada, pois, no terceiro parágrafo, há uma restrição aos países que pertencem à tradição do *civil law*. Além disso, o verbo no presente (“confunde”) marca que ainda hoje se confunde o princípio da legalidade com o Estado de Direito, mas neste parágrafo se afirma que “Essa submissão do poder estatal à hierarquia das normas sofreu uma inflexão com o advento do chamado Estado de bem-estar social”. Assim, é algo passado, não é atual. Confirme:

Nos países que pertencem à tradição do civil law, ao contrário, a noção de Estado de direito foi concebida inicialmente em uma dimensão meramente formal, confundindo-se com o próprio princípio da legalidade, que estabelece que todos os atos emanados dos órgãos do Estado devem estar habilitados juridicamente, isto é, devem estar fundados e motivados em uma hierarquia de normas públicas, claras, abstratas e gerais. Essa submissão do poder estatal à hierarquia das normas sofreu uma inflexão com o advento do chamado Estado de bem-estar social.

A alternativa (E) é a correta. Primeiro, devemos notar que o termo “Estado de direito” apresenta, segundo o texto, “contradição ou redundância” e isso está afirmado em:

“ao contrário do que ocorre com a expressão Estado de direito, o termo *rule of law* não apresenta qualquer indício de **contradição** ou de **redundância**”.

Esses indícios são confirmados mais à frente na expressão “confundindo-se com o próprio princípio da legalidade”. Veja:

“Nos países que pertencem à tradição do *civil law*, ao contrário, a noção de Estado de direito foi concebida inicialmente em uma dimensão meramente formal, confundindo-se com o próprio princípio da legalidade, que estabelece que todos os atos emanados dos órgãos do Estado devem estar habilitados juridicamente, isto é, devem estar fundados e motivados em uma hierarquia de normas públicas, claras, abstratas e gerais.”

**Gabarito: E**



**QUESTÃO 2**

De acordo com o texto,

- a) embora os conceitos de Estado de direito e *rule of law* (domínio da lei) sejam essencialmente correspondentes, este possui ao menos uma dimensão a mais que aquele.
- b) a restrição da liberdade daqueles que exercem os poderes públicos nos Estados que adotam o modelo do Estado de direito garante o respeito aos direitos individuais.
- c) para que a justiça e a equidade sejam garantidas aos indivíduos basta que a lei seja corretamente aplicada.
- d) normas abstratas e gerais e, ao mesmo tempo, claras e públicas devem motivar e fundamentar os atos emanados dos órgãos estatais, de modo a possibilitar a aplicação do princípio da legalidade.
- e) o Estado constitucional, por embasar-se em princípios constitucionais, diferencia-se do *rule of law* (domínio da lei), modelo que não tem nenhuma relação com esses princípios.

**Comentários:**

A alternativa (A) é a correta, pois o primeiro parágrafo mostra que realmente os conceitos de Estado de direito e *rule of law* (domínio da lei) são essencialmente correspondentes, mas no segundo parágrafo se afirma que a "tradição anglo-saxônica do *rule of law* não atribui uma dimensão meramente formal à ideia de Estado de direito, **incluindo também uma dimensão substancial**". Assim, entende-se que o conceito de *rule of law* (domínio da lei) possui ao menos uma dimensão a mais que o conceito de Estado de direito, que é a **dimensão substancial**.

A alternativa (B) está errada, pois o que foi afirmado no texto é que o termo *rule of law* evoca claramente uma limitação ao exercício do poder político, ou seja, a eliminação do arbítrio no exercício dos poderes públicos com a consequente garantia de direitos dos indivíduos perante esses poderes. Isso difere este termo do Estado de Direito, justamente porque não apresenta qualquer indício de contradição ou de redundância. Note que a alternativa faz menção a uma suposta "restrição de liberdade", mas isso não foi tratado no texto. Além disso, cuidado com o verbo "garante". Ele transmite uma consequência direta e incontestada de uma ação anterior, o que não é evidente no texto. Confirme:

*"Contudo, ao contrário do que ocorre com a expressão Estado de direito, o termo rule of law não apresenta qualquer indício de contradição ou de redundância, pois o que ele evoca é claramente uma limitação ao exercício do poder político, ou seja, a eliminação do arbítrio no exercício dos poderes públicos com a consequente garantia de direitos dos indivíduos perante esses poderes."*

A alternativa (C) está errada. Novamente ressalto a atenção que se deve ter com o verbo "garante", agora no particípio "garantidas". Como afirmado anteriormente, ele transmite uma consequência direta e incontestada de uma ação anterior, o que não é evidente no texto. O texto não abarca a noção de que, se a lei é corretamente aplicada, então a justiça e a equidade são garantidas. Apenas foi afirmado no texto que "é importante ressaltar que o princípio do devido processo legal relaciona-se à ideia de que os indivíduos, além de serem tratados segundo aquilo que a lei lhes reserva ou atribui (igualdade perante a lei), devem fundamentalmente ser tratados segundo procedimentos justos e equitativos".

Lembre-se de que lei ser corretamente aplicada é julgamento, consideração, pois para um ela pode ter sido corretamente aplicada num determinado caso, mas para outro a aplicação pode ser entendida de forma diferente e por isso há recursos. Assim, o fato de alguém julgar que a lei foi aplicada corretamente não implica **necessariamente** a justiça e a equidade para outrem; justamente por ser um julgamento, uma consideração.

A alternativa (D) está errada, pois tal afirmação é uma tentativa de reescrita do seguinte trecho do texto:

*"... princípio da legalidade (...) estabelece que todos os atos emanados dos órgãos do Estado devem estar habilitados juridicamente, isto é, devem estar fundados e motivados em uma hierarquia de normas públicas, claras, abstratas e gerais."*

Porém, nesta alternativa, há uma relação de simultaneidade que não aparece no texto, nem é sugerida. Na alternativa afirma-se que as normas são abstratas e gerais e, ao mesmo tempo, claras e públicas. Porém, tal informação não ocorre no texto.

A alternativa (E) está errada, pois o primeiro parágrafo mostra que os conceitos de Estado de direito e *rule of law* (domínio da lei) são essencialmente correspondentes.

**Gabarito: A**

### QUESTÃO 3

**Em relação a aspectos morfosintáticos e semânticos do texto, assinale a alternativa correta.**

**a)** Em “Aquilo que” (linha 1) e em “o que” (linha 3), no primeiro período do texto, “Aquilo” e “o” classificam-se como pronome e são os antecedentes dos pronomes “que” que os sucedem imediatamente.

**b)** O acento indicativo de crase poderia ser corretamente empregado no “a” (linha 13) imediatamente anterior a “eliminação”, já que a expressão “ou seja” (linhas 12 e 13) introduz uma explicação para “exercício do poder político” (linha 12), relacionado sintaticamente a “limitação” (linha 12).

**c)** No trecho “aquilo que a lei lhes reserva ou atribui” (linhas 25 e 26), o pronome “lhes” exerce a função de complemento tanto da forma verbal “reserva” quanto da forma verbal “atribui”.

**d)** O vocábulo “inflexão” (linha 38) é empregado no texto como sinônimo de **descrédito, desprestígio**, com sentido negativo, portanto.

**e)** A substituição de “vem recebendo” (linha 48) por **tem recebido** acarretaria prejuízo para o sentido original do texto, já que o caráter de continuidade denotado pela forma no gerúndio não seria mantido com essa substituição.

#### Comentários:

A alternativa (A) está correta, pois realmente “aquilo” e “o” são pronomes demonstrativos, os quais precedem as duas ocorrências do pronome relativo “que”.

A alternativa (B) está errada, pois a expressão “ou seja” inicia o termo “a eliminação do arbítrio no exercício do poder político”, o qual explica a expressão “uma limitação ao exercício do poder político”. Assim, tal termo explicativo não é regido pelo substantivo “limitação”. Assim, não cabe a possível preposição “a”, por conseguinte, não cabe crase.

A alternativa (C) também está correta, pois, no trecho “aquilo que a lei lhes reserva ou atribui”, a expressão “a lei” é o sujeito, o pronome relativo “que” é o objeto direto e o pronome “lhes” é o objeto indireto tanto do verbo “reserva” quanto do verbo “atribui”: a lei reserva e atribui aquilo aos indivíduos.

A alternativa (D) está errada, pois o vocábulo “inflexão”, originalmente, tem sentido de inclinação, desvio, flexão, e, neste contexto, transmite o sentido de mudança, não propriamente significa algo negativo.

A alternativa (E) está errada, pois não haveria qualquer prejuízo na substituição do pretérito perfeito composto do indicativo “tem recebido” pela locução verbal “vem recebendo”, pois ambas transmitem uma regularidade, uma ideia de continuidade no texto.

Como houve duas respostas corretas, a banca anulou a questão.

**Gabarito: ANULADA**



**Texto para responder às questões de 4 a 6.**

1 Os fatores emocionais podem desempenhar um peso importante mesmo no contexto jurídico, no qual se busca uma avaliação a mais objetiva possível da culpa. Para a lei, a  
4 pessoa que comete uma transgressão é culpada, admita-o ou não, sinta-se ou não culpada. A caracterização da culpa é regulamentada por legislação, investigada e demonstrada  
7 através de inquérito policial e de processo judicial. O objetivo maior do julgamento traduz-se na clássica pergunta que o juiz faz ao júri: quer saber se o réu foi considerado inocente  
10 ou culpado. A decisão terá de se apoiar em provas concretas, em evidências objetivas, porque, como diz o aforisma jurídico, todo mundo é inocente até prova em  
13 contrário. Prova é qualquer evidência factual que auxilie no estabelecimento da verdade: uma foto do criminoso agredindo a vítima é uma prova. A culpa pode ser provada  
16 por meios como a confissão, o testemunho, as evidências resultantes da perícia, as provas documentais.

A culpabilidade é avaliada pelo aparato judicial: o juiz,  
19 os jurados, os advogados de defesa e de acusação. O ato pode ser inerentemente mau (*malum in se*), como no caso do assassinato premeditado, ou pode ser um *malum prohibitum*,  
22 não necessariamente imoral ou lesivo, mas ainda assim proibido por causar transtornos ou problemas: estacionar em lugar não permitido, por exemplo. Uma vez constatada a  
25 culpa, a pena será imposta de acordo com as disposições judiciais.

A situação psicológica do réu é um complicador nessa  
28 avaliação. Existem pessoas para quem matar outras pessoas pode não ser crime.

**QUESTÃO 4**

**A respeito das ideias do texto, assinale a alternativa correta.**

- a) O contexto jurídico é apresentado, no texto, em contraposição às emoções, embora possa ser por elas influenciado.
- b) O autor considera a confissão uma das provas incontestáveis de culpa.
- c) De acordo com o texto, há pessoas que estão à margem da lei, obedecendo apenas à própria consciência.
- d) No texto, defende-se a ideia de que aquilo que apenas causa transtorno ou problema não é imoral ou lesivo.
- e) Conclui-se do texto que, apesar da objetividade no tratamento da culpa no contexto judicial, a crença do réu a respeito do certo e do errado pode alterar a avaliação judicial.

**Comentários:**

A alternativa (A) é a correta, pois foi afirmado, no primeiro período, que no contexto jurídico se busca uma avaliação a mais objetiva possível da culpa. Porém, até mesmo nele os fatores emocionais podem desempenhar um peso importante. Ao fim do texto se afirma que, em algumas avaliações, a situação psicológica do réu é um complicador. Confirme:

Início do texto: Os fatores emocionais podem desempenhar um peso importante mesmo no contexto jurídico, no qual se busca uma avaliação a mais objetiva possível da culpa.

Fim do texto: A situação psicológica do réu é um complicador nessa avaliação. Existem pessoas para quem matar outras pessoas pode não ser crime.

Alternativa (A): O contexto jurídico é apresentado, no texto, em contraposição às emoções, embora possa ser por elas influenciado.

A alternativa (B) está errada, pois foi afirmado no texto que "A culpa pode ser provada por meios como a confissão". Note bem a ideia de possibilidade: "pode ser provada". Isso não quer dizer que seja uma prova incontestável.



A alternativa (C) está errada, pois o trecho "Para a lei, a pessoa que comete uma transgressão é culpada, admita-o ou não, sinta-se ou não culpada." nos indica que ninguém está acima da lei ou à margem dela.

A alternativa (D) está errada. Confirme isso no seguinte trecho do texto: "O ato (...) pode ser um *malum prohibitum*, não necessariamente imoral ou lesivo, mas ainda assim proibido por causar transtornos ou problemas: estacionar em lugar não permitido, por exemplo."

Ora, esse *malum prohibitum*, até mesmo quando não imoral ou lesivo, é proibido por causar transtornos ou problemas. Assim, aquilo que apenas causa transtorno ou problema **pode ser, sim**, imoral ou lesivo.

A alternativa (E) está errada, pois no texto não há qualquer afirmação que levasse a entender que a crença do réu a respeito do certo ou errado poderia alterar a avaliação. Pelo contrário, no texto se afirma que "Para a lei, a pessoa que comete uma transgressão é culpada, admita-o ou não, sinta-se ou não culpada."

**Gabarito: A**

### QUESTÃO 5

**A respeito de aspectos linguísticos do texto, assinale a alternativa correta.**

- a)** As formas participiais "culpada" (linha 4) e "regulamentada" (linha 6) classificam-se no texto como adjetivos e exercem a função de predicativo.
- b)** Em "quer saber se o réu foi considerado inocente ou culpado" (linhas 9 e 10), a partícula "se" classifica-se como conjunção e introduz o complemento da forma verbal "saber".
- c)** Em "o réu foi considerado inocente" (linha 9), "inocente" exerce a função de predicativo do objeto, pois refere-se a "o réu", paciente da ação verbal.
- d)** A correção gramatical do texto seria prejudicada caso a conjunção "porque" (linha 11) fosse substituída por **pois**.
- e)** A forma verbal "Existem" (linha 28) poderia ser corretamente substituída por **Hão**.

### Comentários:

A alternativa (A) está errada. É certo que, na oração "a pessoa...é culpada", há o sujeito "a pessoa", o verbo de ligação "é" e o adjetivo "culpada", na função de predicativo do sujeito. Porém, na oração "A caracterização da culpa é regulamentada por legislação", há o sujeito paciente "A caracterização da culpa", a locução verbal da voz passiva "é regulamentada" e o agente da passiva "por legislação". Tanto assim que podemos transpor essa estrutura para a voz ativa: legislação regulamenta a caracterização da culpa.

A alternativa (B) é a correta, pois o verbo "saber" é transitivo direto e "se o réu foi considerado inocente ou culpado" é a oração subordinada substantiva objetiva direta, a qual é iniciada pela conjunção integrante "se". Como sabemos que objeto direto é complemento de verbo, toda a afirmação está correta.

A alternativa (C) está errada, pois, na oração "o réu foi considerado inocente", "o réu" é o sujeito paciente, "foi considerado" é uma locução verbal da voz passiva e "inocente" exerce a função de predicativo do sujeito. Lembre-se de que, na voz passiva, não há objeto direto: o paciente da ação verbal será o sujeito, nesta voz verbal.

A alternativa (D) está errada, pois a conjunção "pois" pode, sim, substituir a conjunção "porque", haja vista que ambas iniciam um esclarecimento, uma justificativa de uma afirmação anterior.

A alternativa (E) está errada, pois o verbo "haver", no sentido de "existir", não tem sujeito, é transitivo direto e não se flexiona no plural. Assim, a transposição correta seria "**Há pessoas**".

**Gabarito: B**



## QUESTÃO 6

**No que se refere ao emprego das formas pronominais no texto, assinale a alternativa correta.**

- a) Em "admita-o" (linha 4), o pronome "o" retoma "um peso importante" (linhas 1 e 2).
- b) Tanto em "sinta-se" (linha 5) quanto em "traduz-se" (linha 8), a partícula "se" classifica-se como partícula apassivadora.
- c) Em "terá de se apoiar" (linha 10), a partícula "se" poderia ser corretamente empregada imediatamente após o verbo "apoiar": **terá de apoiar-se**.
- d) O pronome **essa**, em "nessa avaliação" (linhas 27 e 28), antecipa a ideia que será expressa no período posterior.
- e) Na linha 28, o pronome "quem" exerce a função de sujeito da forma verbal "matar".

### Comentários:

A alternativa (A) está errada, pois o pronome "o" retoma a informação da oração anterior: "a pessoa que comete uma transgressão é culpada".

A alternativa (B) está errada, pois, em "sinta-se", o pronome "se" tem valor reflexivo. Note que podemos subentender a expressão "a si mesmo" e que o sujeito é agente: a pessoa se sente culpada, sente a si mesma. Claramente não podemos transpor tal estrutura para a voz passiva analítica, como ocorre com "traduz-se", em que o verbo "traduz" é transitivo direto e indireto, "O objetivo maior do julgamento" é o sujeito paciente, "na clássica pergunta" é o objeto indireto e o pronome "se" é apassivador. Sempre que suspeitarmos que o "se" seja um pronome apassivador, devemos transpor a voz passiva sintética para a analítica: **O objetivo maior do julgamento é traduzido na clássica pergunta.**

A alternativa (C) é a correta, pois, na locução verbal, o pronome átono pode se posicionar antes do verbo principal ("terá de se apoiar") ou após tal verbo: **terá de apoiar-se**.

A alternativa (D) está errada, pois "nessa" é um pronome demonstrativo de valor anafórico, isto é, ele retoma informação expressa no período anterior, e não posterior.

A alternativa (E) está errada, pois sujeito não pode ser preposicionado. Assim, "matar outras pessoas" é o sujeito oracional, "pode ser" é locução verbal de ligação, "não" é advérbio de negação e "crime" é predicativo. O termo "para quem" é chamado de dativo de opinião, isto é, na opinião, na consideração de alguém, matar outras pessoas pode não ser crime.

**Gabarito: C**

## QUESTÃO 7

- 1 Uma das tendências marcantes do pensamento  
moderno é a convicção generalizada de que o verdadeiro  
fundamento de validade do direito, em geral, e dos direitos  
4 humanos, em particular, já não deve ser procurado na esfera  
sobrenatural da revelação religiosa, tampouco em uma  
abstração metafísica. Se o direito é uma criação humana, o  
7 seu valor deriva, justamente, daquele que o criou, o que  
significa que esse fundamento não é outro, senão o próprio  
homem, considerado em sua dignidade substancial de  
10 pessoa, diante da qual as especificações individuais e  
grupais são sempre secundárias.

Fábio Comparato. Fundamento dos direitos humanos.  
Internet: <www.dhnet.org.br> (com adaptações).

**Dado o desenvolvimento das ideias no trecho de texto acima, é correto afirmar que a partícula "Se", que inicia o segundo período,**

- a) poderia ser corretamente substituída por **Caso**.
- b) introduz uma oração de valor causal, podendo ser substituída por **Como**.
- c) classifica-se como conjunção integrante e introduz uma oração subordinada substantiva.

**d)** poderia ser suprimida do texto, caso a forma verbal “é” (linha 6) fosse substituída por **sendo** e fosse empregada vírgula logo após “direito” (linha 6).

**e)** introduz uma oração de valor temporal, podendo ser substituída por **Quando**.

#### Comentários:

Note que a oração “Se o direito é uma criação humana” não é uma suposição, não é uma condição. É uma afirmação, um fato. Assim, tal oração tem valor causal. Para confirmar isso, podemos substituir a conjunção “Se” por “Já que”, “Como” ou “Porque”.

Com base nisso, eliminamos as alternativas (A), (C) e (E).

Agora, vamos às considerações da alternativa (D). Segundo ela, a conjunção “se” poderia ser suprimida do texto, caso a forma verbal “é” (linha 6) fosse substituída por **sendo** e fosse empregada vírgula logo após “direito” (linha 6). Vamos comparar o trecho original com esse ajuste pedido:

Forma original:

Se o direito é uma criação humana, o seu valor deriva, justamente, daquele que o criou, o que significa que esse fundamento não é outro, senão o próprio homem, considerado em sua dignidade substancial de pessoa, diante da qual as especificações individuais e grupais são sempre secundárias.

Forma pedida na alternativa:

**o** direito, **sendo** uma criação humana, o seu valor deriva, justamente, daquele que o criou, o que significa que esse fundamento não é outro, senão o próprio homem, considerado em sua dignidade substancial de pessoa, diante da qual as especificações individuais e grupais são sempre secundárias.

A fim de que a construção ficasse correta, deveria haver menção ao ajuste de maiúscula no início da frase: “**O** direito...”, o que não foi feito.

Assim, confirmamos que a alternativa correta é a (B).

**Gabarito: B**

### ATUALIDADES – PROF. LEANDRO SIGNORI

#### QUESTÃO 8

**No atual estágio da economia mundial globalizada, em que a capacidade de produzir amplia-se consideravelmente, em larga medida impulsionada pelos incessantes avanços tecnológicos, a integração de países e de regiões em torno de blocos torna-se, a rigor, exigência do novo tempo vivido pelo mundo. A despeito de crises, como a que atualmente envolve alguns de seus integrantes, a mais exitosa experiência de integração que se conhece, cujos primeiros passos foram dados nas décadas que imediatamente se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial, é o(a)**

- a)** Área de Livre Comércio das Américas (Alca).
- b)** Mercado Comum do Sul (Mercosul).
- c)** Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta).
- d)** União Europeia (UE).
- e)** Pacto Andino.

#### Comentários:

A União Europeia é a mais exitosa experiência de integração econômica regional. Suas origens datam de 1951, quando foi criada a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, pela Alemanha Ocidental (na época, a atual Alemanha estava dividida em Alemanha Ocidental e Alemanha Oriental), França, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo. Em 1957, esses países criaram a Comunidade Econômica Europeia (CEE). Nos anos que se seguiram, o território da UE foi aumentando de dimensão através da adesão de novos Estados membros, ao mesmo tempo que aumentava a sua esfera de influência através da inclusão de novas competências políticas. O Tratado de Maastricht instituiu a União Europeia com o nome atual em 1993.



A União Econômica e Monetária, em que se encontra a União Europeia, é considerado o estágio final de integração econômica entre países. Relembrando: os quatro estágios de evolução dos blocos econômicos são a área de livre comércio; união aduaneira; mercado comum e por fim a união econômica e monetária. Nela, além do livre-comércio, da tarifa externa comum e da livre circulação de capitais e trabalhadores, os países-membros adotam uma moeda comum e a mesma política de desenvolvimento. A UE possui até mesmo o seu próprio parlamento. Vamos analisar as outras alternativas:

**a) Incorreto.** A Alca foi uma proposta dos Estados Unidos para a integração de todos países americanos, exceto Cuba, mas após sucessivas discussões as negociações foram suspensas, não chegando a se constituir num bloco econômico.

**b) Incorreto.** Como o nome diz, o objetivo final do MERCOSUL, é o estágio do mercado comum. No entanto, segundo o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, ainda é uma Zona de Livre Comércio e uma União Aduaneira em fase de consolidação que caminha para o estabelecimento de um Mercado Comum, com laços mais profundos de integração.

**c) Incorreto.** O NAFTA é uma área de livre comércio formada por Estados Unidos, Canadá e México.

**e) Incorreto.** O Pacto Andino, ou Comunidade Andina é uma área de livre comércio formada por Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. Possui relativo êxito econômico. Entretanto, assim como o Mercosul e o NAFTA, está muito atrás da União Europeia, no que se refere a integração regional.

**Gabarito: D**

#### QUESTÃO 9

---

**Uma visita estrangeira foi destaque no Brasil no primeiro semestre de 2013. Depois de anos tentando obter visto de saída de seu país, Yoani Sánchez foi recebida por admiradores, mas também por adversários, que chegaram a impedir a realização de alguns atos previamente agendados. Yoani Sánchez ficou conhecida em várias partes do mundo por suas posições, expressas em *blog* que ela mantém, de**

- a)** crítica ao regime político cubano, a começar do cerceamento à liberdade.
- b)** crítica ao imperialismo norte-americano, que impede o desenvolvimento de Cuba.
- c)** apoio aos movimentos religiosos radicais, inclusive os que defendem atos terroristas.
- d)** defesa do embargo comercial dos Estados Unidos ao regime dos irmãos Castro.
- e)** crítica aos programas sociais em vigor em países da América Latina.

**Comentários:**

Yoani Sánchez alcançou fama internacional e numerosos prêmios por seus artigos e suas críticas da situação social em Cuba sob o governo de Fidel Castro e de seu sucessor, Raúl Castro, publicados em seu blog, Geração Y. Dentre suas inúmeras críticas, ela argumentava que o governo cubano era ditatorial, autoritário e fortemente repressivo. Porém, seus críticos e a mídia do país alegam e fomentam a criação de inúmeras suspeitas de ligações de Yoani com supostos agentes estrangeiros infiltrados em Cuba e com a CIA que o seu blog tem servido apenas para ataques de desmoralização ao regime cubano.

**Gabarito: A**

#### QUESTÃO 10

---

**Nos dias de hoje, o agronegócio desempenha papel relevante na pauta das exportações brasileiras. Em larga medida, o avanço obtido pelo país na produção de alimentos deve-se ao trabalho de uma instituição científica voltada para o campo e com reconhecimento internacional. Essa instituição é o(a)**

- a)** Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT).
- b)** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
- c)** Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
- d)** Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

e) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

**Comentários:**

A Embrapa é a instituição que trabalha com o desenvolvimento de tecnologias, conhecimentos e informações técnico-científicas voltadas para a agricultura e a pecuária brasileira. É uma instituição de renome internacional, com centenas de pesquisas científicas que contribuíram e contribuem significativamente para o crescimento continuado da agropecuária brasileira.

**Gabarito: E**

**DIREITO CONSTITUCIONAL – PROF. RICARDO VALE E NÁDIA CAROLINA**

**QUESTÃO 11**

**A Constituição Federal define o Brasil como um Estado democrático de direito cujos fundamentos são a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político. Relativamente aos direitos e garantias fundamentais, constitucionalmente assegurados e essenciais à plena cidadania, assinale a alternativa correta.**

- a) É livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato.
- b) Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações.
- c) A casa é asilo inviolável do indivíduo, não sendo dado a ninguém nela penetrar sem autorização do morador.
- d) Sem exceção, é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telefônicas.
- e) É livre a manifestação intelectual e artística, admitindo-se a censura apenas para a televisão.

**Comentários:**

Letra A: errada. A Carta Magna **veda** o anonimato (art. 5º, IV, CF).

Letra B: correta. Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos da Constituição (art. 5º, I, CF).

Letra C: errada. Em alguns casos, a Carta Magna admite que se adentre o domicílio sem o consentimento do morador: **em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial** (art. 5º, XI, CF).

Letra D: errada. É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, **salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal** (art. 5º, XII, CF).

Letra E: correta. A Constituição garante a liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, **independentemente de censura ou licença** (art. 5º, IX, CF).

**Gabarito: B**

**RACIOCÍNIO LÓGICO – PROF. ARTHUR LIMA**

**QUESTÃO 12**

**Alberto, Belizário, Carlos, Demóstenes e Eduardo são praças que costumam fazer rondas em duplas na região de Samambaia – DF. O oficial superior deles determinou que as rondas devem ser feitas de forma a nunca se repetirem as duplas. Até o momento, Alberto e Carlos nunca saíram em ronda juntos, assim como Belizário e Demóstenes, mas todas as outras duplas possíveis já foram formadas. Sabendo que saem duas duplas de praças em cada ronda, assinale a alternativa que apresenta o total de rondas que já aconteceram.**

- a) 10
- b) 8

- c) 5
- d) 4
- e) 2

**Comentários:**

O total de combinações dos 5 praças em grupos de 2 é:

$$C(5,2) = 5 \times 4 / 2! = 10$$

Como 2 duplas possíveis ainda não foram formadas, isto indica que  $10 - 2 = 8$  duplas já foram formadas. Como em cada ronda saem 2 duplas, isto indica que 4 rondas já foram feitas (com duas duplas em cada, totalizando 8 duplas).

**Gabarito: D**

**QUESTÃO 13**

A afirmativa “Se a rosa é amarela, então o cravo é vermelho” é falsa, apenas quando a rosa

- a) não é amarela e o cravo não é vermelho.
- b) não é amarela e o cravo é vermelho.
- c) não é amarela e o cravo é branco.
- d) é amarela e o cravo é vermelho.
- e) é amarela e o cravo não é vermelho.

**Comentários:**

Temos uma proposição condicional  $p \rightarrow q$ , que é falsa quando  $p$  é V e  $q$  é F. Usando a frase do enunciado, temos:

$p$  = a rosa é amarela

$q$  = o cravo é vermelho

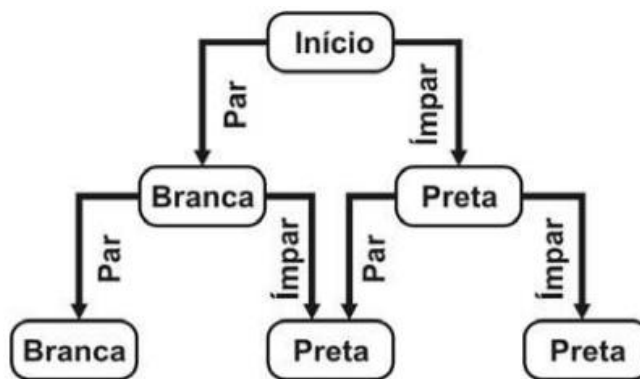
Para  $p$  ser verdade e  $q$  ser falso, é preciso que a rosa seja amarela e o cravo NÃO seja vermelho. Temos isso na alternativa E.

**Gabarito: E**

**Texto para responder às questões 14 e 15.**



***Na figura acima, há uma peça de um jogo de xadrez que foi movida, a partir da posição mostrada, de acordo com os resultados de dois lançamentos sucessivos de um dado comum de seis faces, segundo o esquema apresentado na figura seguinte.***



A peça em questão só pode se mover, de acordo com o sorteio, para uma das oito casas adjacentes àquela na qual se encontra. Os resultados obtidos nos dois lançamentos sucessivos do dado foram 4 e 5.

#### QUESTÃO 14

As casas nas quais a peça esteve, de acordo com o texto, são, pela ordem:

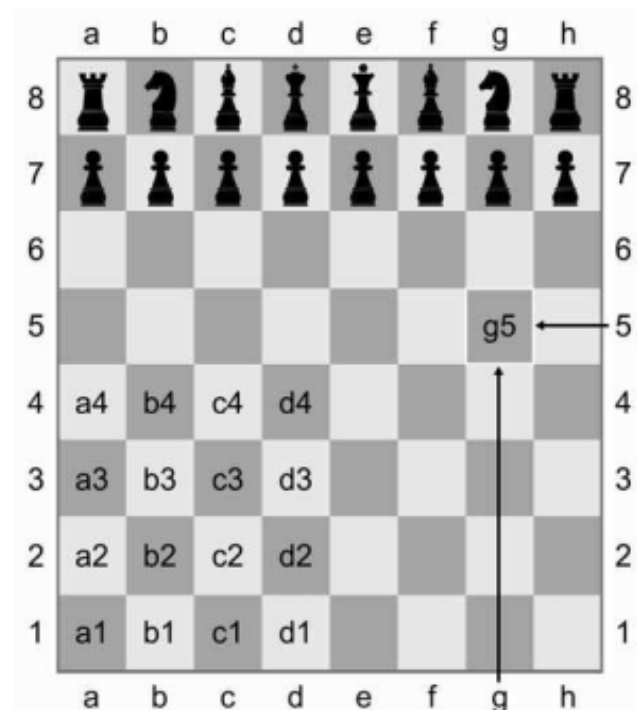
- a) preta, preta e preta.
- b) branca, preta e branca.
- c) preta, branca e preta.
- d) branca, branca e preta.
- e) preta, branca e branca.

#### Comentários:

Veja que a peça está em uma casa PRETA. Com o resultado 4 (par), a peça deve ser movida para uma casa BRANCA. Com o resultado 5 (ímpar), a peça deve ser movida para uma casa PRETA. Temos a ordem da alternativa C.

**Gabarito: C**

Figura para responder às questões 15 e 16.



As casas de um tabuleiro de xadrez são identificadas por letras e números, conforme a figura.





**QUESTÃO 15**

---

De acordo com o texto e considerando que a peça terminou seus dois movimentos na casa d4, assinale a alternativa que apresenta a casa em que ela poderia estar no início.

- a) a4
- b) b6
- c) c4
- d) d4
- e) e1

**Comentários:**

**RESOLUÇÃO:**

Sabemos que a ordem do movimento foi preta→branca→preta. Portanto, a peça deve ter começado em uma casa preta, o que exclui as alternativas a4 e c4. Além disso, podemos excluir a alternativa b6, pois para chegar de b6 em d4 com dois movimentos seria preciso caminhar apenas sobre casas pretas. Podemos excluir e1, pois não é possível chegar de e1 a d4 com apenas dois movimentos.

A única opção viável é d4. Podemos sair de d4 (preta), mover para uma casa branca (ex.: c4 ou d3) e retornar para d4 (preta).

**Gabarito: D**

**QUESTÃO 16**

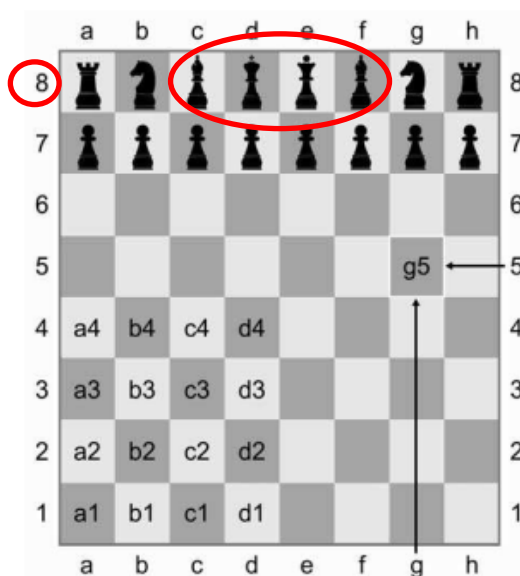
---

A figura mostra a disposição das peças de um jogo de xadrez segundo as regras do jogo. Considerando apenas as peças que estão na linha 8 da figura e ignorando as limitações das regras, assinale a alternativa que apresenta o total de disposições possíveis para essas oito peças de modo a distribuí-las na linha 8 do tabuleiro.

- a) 2.520
- b) 5.040
- c) 10.080
- d) 20.160
- e) 40.320

**Comentários:**

Veja que na linha 8 temos um total de 8 peças, sendo que temos 3 casos de 2 peças repetidas (torres, cavalos e bispos):



Para saber o número de disposições possíveis, basta calcularmos a permutação de 8 peças, com repetição de 2, 2 e 2:

$$P(8; 2, 2 \text{ e } 2) = 8! / (2! \times 2! \times 2!)$$

$$P(8; 2, 2 \text{ e } 2) = 8 \times 7 \times 6 \times 5 \times 4 \times 3 \times 2! / (2! \times 2! \times 2!)$$

$$P(8; 2, 2 \text{ e } 2) = 8 \times 7 \times 6 \times 5 \times 4 \times 3 / (2! \times 2!)$$

$$P(8; 2, 2 \text{ e } 2) = 8 \times 7 \times 6 \times 5 \times 4 \times 3 / (2 \times 2)$$

$$P(8; 2, 2 \text{ e } 2) = 8 \times 7 \times 6 \times 5 \times 1 \times 3$$

$$P(8; 2, 2 \text{ e } 2) = 5040$$

**Gabarito: B**

### INFORMÁTICA – PROF. VICTOR DALTON

#### QUESTÃO 17

O aplicativo Windows Explorer permite, entre outras coisas, localizar e executar programas instalados no computador.

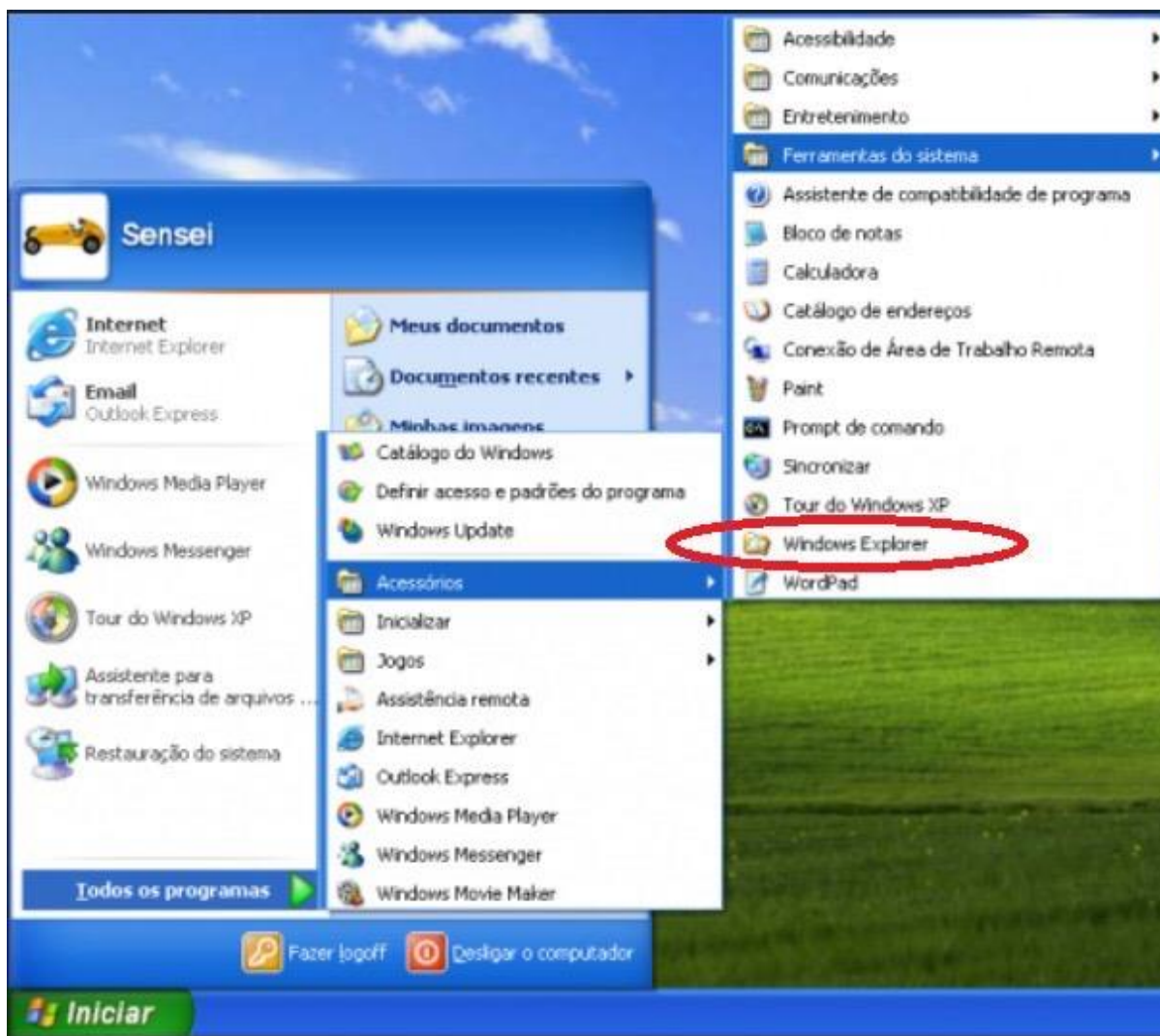
Assinale a alternativa que apresenta o local (caminho) por meio do qual pode ser encontrado o aplicativo Windows Explorer no Windows XP em português.

- a) Iniciar / Painel de controle / Aplicativos
- b) Meu computador / Disco local (C:) / Aplicativos
- c) Iniciar / Todos os programas / Acessórios
- d) Meu computador / Arquivos de programas
- e) Iniciar / Executar / Aplicativos

#### Comentários:

Para acessar o Windows Explorer, um dos caminhos é ir no menu Iniciar/ Todos os Programas/ Acessórios, e clicar com o botão esquerdo do mouse sobre o ícone do Windows Explorer.

Os demais caminhos das demais alternativas não levarão ao Windows Explorer.



**Gabarito: C**

### **QUESTÃO 18**

**Intranet é o nome dado a uma rede de computadores privada que utiliza protocolos e outras tecnologias próprias da Internet. Aplicações como abertura de chamados técnicos, atualizações de dados funcionais e acesso a notícias internas podem ser disponibilizadas na intranet de uma empresa. Considerando essa informação, assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito de uma intranet.**

- a)** A venda de produtos via Web é disponibilizada por meio da intranet de uma empresa.
- b)** Os jornais e as revistas de circulação nacional têm usado a intranet como meio de divulgação via Web.
- c)** A troca de mensagens de correio eletrônico depende do acesso à intranet da empresa.
- d)** As aplicações da intranet são de acesso restrito dos colaboradores de uma empresa.
- e)** Os *home bankings* são exemplo de aplicações seguras das intranets.

### **Comentários:**

Questão que aborda o básico da Intranet, e sua diferença em relação à Internet.

A Intranet é um conjunto de serviços análogo à Internet, mas que é restrito aos domínios da organização. Com base nisso, analisemos os itens:



(A) A venda de produtos via Web é disponibilizada por meio da intranet de uma empresa. – errado, pois se os produtos estão na Web, eles devem ser disponibilizados pela Internet.

(B) Os jornais e as revistas de circulação nacional têm usado a intranet como meio de divulgação via Web. – errado, pois se as notícias estão na Web, eles devem ser disponibilizados pela Internet.

(C) A troca de mensagens de correio eletrônico depende do acesso à intranet da empresa. – não necessariamente, pois existem MUITAS ferramentas de email que funcionam pela Internet.

(D) As aplicações da intranet são de acesso restrito dos colaboradores de uma empresa. – correto, pois este é o fundamento básico da Intranet. Funcionar somente dentro dos domínios da empresa, restrito o acesso aos seus colaboradores.

(E) Os home bankings são exemplo de aplicações seguras das intranets. – errado, pois os home bankings são acessados via Internet pelos clientes do banco.

**Gabarito: D**

### QUESTÃO 19

---

Com o uso crescente da Internet, aumenta também o número de ataques e a propagação de programas maliciosos de computador. Há diversos tipos de ataques virtuais, alguns relacionados com o acesso indevido a redes de computadores de terceiros e outros em forma de vírus embutidos em programas ou mensagens eletrônicas. Um novo tipo de golpe tem como objetivo capturar informações como nomes, números de contas e cartões de crédito, senhas, utilizando mensagens falsas e fazendo a vítima acreditar que está fornecendo tais informações a uma pessoa de confiança. O nome dado a esse tipo de ataque é

- a) *spam*.
- b) *spyware*.
- c) *phishing*.
- d) *trojan*.
- e) *worms*.

#### Comentários:

Vejamos as alternativas:

(A) *spam* – email legítimo enviado por instituição legítima, mas que o usuário não gostaria de receber.

(B) *spyware* – programa espião, que monitora atividades do usuário sem o seu consentimento.

(C) *phishing* – email fraudulento, travestido de instituição legítima, que tenta induzir o usuário e entregar seus dados pessoais e financeiros.

(D) *trojan* – programa legítimo que, além de fazer o que se pede, também executa atividades maliciosas sem o consentimento do usuário.

(E) *worms* – programa que se autorreplica pelas redes, congestionando redes locais e diminuindo a performance da mesma.

**Gabarito: C**

### QUESTÃO 20

---

A cópia de segurança de documentos armazenados em computador, conhecida por *backup*, é um procedimento que deve ser realizado com frequência para evitar a perda de informações importantes para o usuário e para a empresa onde trabalha. O *backup* pode ser realizado de forma completa, com a cópia de todos os arquivos selecionados, ou de forma parcial, quando se copia apenas os arquivos que foram alterados desde a última cópia completa. O nome que se dá à cópia parcial de arquivos é

- a) *backup* diário.
- b) *backup* periódico.



- c) *backup* esporádico.
- d) *backup* parcial.
- e) *backup* incremental.

**Comentários:**

Os principais tipos de backup são:

**Backup Incremental:** realiza um backup dos arquivos que foram alterados ou novos desde o último backup, de qualquer tipo. Em suma, é um backup de atualização.

**Backup Diferencial:** realiza um backup dos arquivos que foram alterados desde o último backup completo. É um backup intermediário entre o incremental e o completo.

**Backup Completo (normal):** como o próprio nome diz, todos os arquivos e pastas na unidade sofrem o backup, ou seja, é criada uma cópia de segurança para todos esses arquivos.

A questão visivelmente pede o tipo de backup realizado após o último backup completo, mas não oferece o backup diferencial entre as alternativas. Portanto, ficaremos com backup incremental.

A propósito, backup parcial, periódico, esporádico e diário não são conceitos "formais" de tipos de backup.

**Gabarito: E**

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****ADMINISTRAÇÃO GERAL – PROF. CARLOS XAVIER****QUESTÃO 21**

A teoria das inteligências múltiplas não atribui às aptidões medidas pelo quociente de inteligência (QI) a posição superior que elas têm na teoria clássica, mas inter-relaciona diversas aptidões distintas. Sendo assim, a capacidade de controlar e orquestrar o movimento do corpo e de manejar objetos com habilidade refere-se à inteligência

- a) linguística.
- b) lógica.
- c) naturalista.
- d) existencial.
- e) cinestésica.

**Comentários:**

A questão trata sobre os tipos de inteligência.

Neste sentido, aquela responsável por tratar de movimentos corporais para expressão é a inteligência cinestésica.

**Gabarito: E**

**QUESTÃO 22**

A gestão de pessoas compreende uma infinidade de variáveis que influenciam o comportamento humano, e a liderança é uma delas. Com base nessa informação, assinale a alternativa que apresenta o nome do modelo de liderança que emerge de estudos contemporâneos e foca nas relações de interesse dos liderados, muitas vezes oferecendo recompensas ou ameaças.

- a) Liderança Carismática
- b) Liderança Situacional
- c) Liderança Bidimensional

- d) Liderança Transformadora
- e) Liderança Transacional

**Comentários:**

A liderança que aplica punições e recompensas é a transacional.

Veja ainda:

- a) a liderança carismática é aquela que inspira as pessoas com o carisma.
- b) considera a situação completa.
- c) a liderança bidimensional é baseada em orientação para as pessoas e para as tarefas, considerando-se que as duas podem acontecer ao mesmo tempo.
- d) liderança transformadora (ou transformacional) faz as pessoas se orientarem para realizar coisas com base na inspiração do líder.

**Gabarito: E**

**QUESTÃO 23**

**Em qualquer momento, valores éticos antigos convivem com valores mais novos e contemporâneos. Assinale a alternativa que apresenta a fase em que a ética das convenções coordena as interações nas organizações.**

- a) ética relativa
- b) responsabilidade social
- c) darwinismo social
- d) estágio pós-convencional da ética
- e) estágio convencional da ética

**Comentários:**

Vejamos quais os estágios da moral:

**Estágio pré-convencional:** não há regras morais preestabelecidas.

**Estágio convencional:** as pessoas seguem as convenções, que são regras estabelecidas, para tornar viável a boa convivência em grupo

**Estágio pós-convencional:** neste estágio é desenvolvida uma convicção (idealismo) sobre quais os valores morais a serem seguidos.

Com base nisso, você já pode perceber que a visão que estabelece convenções a serem seguidas é o estágio convencional.

**Gabarito: E**

**LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL – PROF. FABRÍCIO REGO****QUESTÃO 24**

**No que se refere aos fundamentos da organização dos Poderes e do Distrito Federal (DF), previstos na Lei Orgânica do Distrito Federal, assinale a alternativa correta.**

- a) A preservação da autonomia do DF como unidade federativa constitui-se em um dos seus objetivos prioritários.
- b) É assegurado o exercício do direito de petição ou representação. O pagamento de taxas ou emolumentos, ou de garantia de instância, serão dispensados para aqueles que provarem não dispor de condições financeiras suficientes para tanto.
- c) A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo e ação popular.

**d)** O DF encontra-se no pleno exercício de sua autonomia política e administrativa, não gozando, porém, de autonomia financeira.

**e)** Ninguém será discriminado ou prejudicado em razão de nascimento, idade, etnia, raça, cor, sexo, estado civil, trabalho rural ou urbano, religião, convicções políticas ou filosóficas, orientação sexual, deficiência física, imunológica, sensorial ou mental, por ter cumprido pena, nem por qualquer particularidade ou condição, observada a Constituição Federal.

#### **Comentários:**

RESPOSTA: E, conforme literalidade do art. 2º, P.U.

Letra A: errado, pois se trata de um valor fundamental, art. 2º, I.

Letra B: errado, haja vista que não há exigência de pagamento por parte de ninguém.

Art. 4º É assegurado o exercício do direito de petição ou representação, independentemente de pagamento de taxas ou emolumentos, ou de garantia de instância.

Letra C: errado, a questão trouxe "ação popular" como um dos instrumentos de exercício da soberania popular, substituindo pelo correto, que é a iniciativa popular.

Art. 5º A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos e, nos termos da lei, mediante:

I – plebiscito;

II – referendo;

III – iniciativa popular.

Letra D: errado, o DF possui autonomia financeira sim.

Art. 1º O Distrito Federal, no pleno exercício de sua autonomia política, administrativa e financeira, observados os princípios constitucionais, reger-se-á por esta Lei Orgânica. [...]

**Gabarito: E**

#### **QUESTÃO 25**

**Relativamente à organização do DF, estabelecida em sua Lei Orgânica, assinale a alternativa correta.**

**a)** A atividade de proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência é de competência privativa do DF.

**b)** A administração fazendária e seus agentes fiscais, aos quais compete exercer privativamente a fiscalização de tributos do DF, terão, em suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

**c)** É vedado ao DF doar bens imóveis de seu patrimônio ou constituir sobre eles ônus real, bem como conceder isenções fiscais ou remissões de dívidas, sem expressa autorização do Tribunal de Contas do DF, sob pena de nulidade do ato.

**d)** Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional do DF, ficam assegurados o recebimento de adicional de um por cento por ano de serviço público efetivo, nos termos da lei; a contagem, para todos os efeitos legais, do período em que o servidor estiver de licença concedida por hospital do DF; e a contagem recíproca, para efeito de aposentadoria, do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, urbana, na forma prevista na Constituição Federal.

**e)** É assegurada a participação de servidores públicos na diretoria de fundos e entidades para as quais contribuem, na forma da lei.

#### **Comentários:**

Resposta: B, literalidade do art. 19, XVII.

Letra A: trata-se de competência comum. Art. 16, VI.

Letra C: a Câmara Legislativa do DF precisa autorizar, não o TCDF. Art. 18, IV.

Letra D: temos aqui um conjunto de dispositivos numa só assertiva. Vamos por partes:

Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional do DF, ficam assegurados o recebimento de adicional de um por cento por ano de serviço público efetivo: correto, art. 44, I.

A contagem, para todos os efeitos legais, do período em que o servidor estiver de licença concedida por hospital do DF: errado, pois a licença é concedida por junta médica oficial. Art. 44, II.

A contagem recíproca, para efeito de aposentadoria, do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, urbana, na forma prevista na Constituição Federal: urbana e rural, não apenas urbana. Art. 44, III.

Letra E:

Art. 42. É assegurada a participação de servidores públicos **na gerência** de fundos e entidades para os quais contribui, na forma da lei.

**Gabarito: B**

### QUESTÃO 26

**Assinale a alternativa correta no tocante à Lei Orgânica do Distrito Federal.**

- a) A nomeação do comandante-geral da Polícia Militar é de competência privativa do governador do DF.
- b) Ato do Comandante da Polícia Militar que atentar contra a lei orçamentária constitui-se em mera infração administrativa.
- c) Ao policial militar do DF é assegurada assistência jurídica especializada por meio da assistência judiciária, quando no exercício da função se envolver em fatos de natureza penal, administrativa ou pessoal.
- d) A legislação penitenciária do DF assegurará o respeito às regras da Organização dos Estados Americanos para o tratamento de reclusos, a defesa técnica nas infrações disciplinares e definirá a composição e competência do Conselho de Política Penitenciária do DF.
- e) Compete à Polícia Militar o exercício do poder de polícia administrativa de trânsito.

**Comentários:**

Resposta: A, conforme art. 100, VIII.

Letra B: errado, trata-se de crime de responsabilidade. Art. 101-A, VI.

Letra C: errado, pois a assistência jurídica será apenas para fatos de natureza penal ou administrativa, conforme. Art. 115.

Letra D:

Art. 122. A legislação penitenciária do Distrito Federal assegurará o respeito às regras da **Organização das Nações Unidas** para o tratamento de reclusos, a defesa técnica nas infrações disciplinares e definirá a composição e competência do Conselho de Política Penitenciária do Distrito Federal.

Letra E: errado, tal competência é do DETRAN/DF, conforme art. 124-A, P.U.

**Gabarito: A**

## DIREITO ADMINISTRATIVO – PROF. HERBERT ALMEIDA

### QUESTÃO 27

**A atividade do Estado que consiste na limitação do exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público caracteriza-se como poder**

- a) regulamentar.
- b) vinculado.
- c) disciplinar.
- d) de polícia.



e) hierárquico.

#### Comentários:

Os agentes do Estado gozam de um conjunto de prerrogativas chamadas de poderes da Administração Pública. Essas prerrogativas são utilizadas para que os agentes públicos possam fazer valer a vontade da coletividade em detrimento de interesses meramente individuais.

Nessa linha, a atividade do Estado que consiste na limitação do exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público caracteriza-se como poder de polícia. Dessa forma, o Estado poderá limitar o exercício de atividades e privadas em benefício de toda a população. Como exemplo do exercício do poder de polícia temos a limitação para a compra e o comércio de arma de fogo, os condicionamentos para realizar construções, a necessidade de alvará para o funcionamento de estabelecimentos comerciais, etc.

Portanto, o gabarito é a **letra D**.

Vejamos um pouco sobre as demais alternativas:

a) o poder regulamentar é a prerrogativa que dispõe o chefe do Poder Executivo para elaborar normas complementares às leis, para dar-lhes fiel execução. Exemplo disso ocorre quando o Presidente da República regulamenta uma lei por meio de um decreto – **ERRADA**;

b) o poder vinculado não chega a ser um “poder”, mas sim uma característica dos atos administrativos vinculados, ou seja, daqueles atos praticados sem margem de liberdade, uma vez que a lei definiu uma única solução para o caso – **ERRADA**;

c) o poder disciplinar é o poder-dever de apurar a ocorrência de infrações e punir internamente os servidores e outras pessoas sujeitas à disciplina interna da Administração – **ERRADA**;

e) o poder hierárquico compreende a relação de coordenação e subordinação no interior dos órgãos e entidades públicos, demonstrando o poder de comando, de fiscalização, de delegação, de avocação, etc. – **ERRADA**.

**Gabarito: D**

#### QUESTÃO 28

---

**No tocante aos atos administrativos, assinale a alternativa correta.**

a) O ato administrativo válido, revogado pela administração pública, produz efeitos *ex tunc*.

b) O ato administrativo com vício no que se refere à forma pode ser convalidado.

c) A anulação do ato administrativo, praticado em desacordo com o ordenamento jurídico, somente pode ser promovida pelo Poder Judiciário.

d) Ao Poder Judiciário não é permitida a revogação dos atos praticados pela administração pública no tocante aos próprios atos administrativos do Poder Judiciário.

e) Os atos administrativos que produziram direitos adquiridos podem ser revogados.

#### Comentários:

a) a revogação produz efeitos não retroativos, ou seja, *ex nunc* – **ERRADA**;

b) essa é a regra, ou seja, os atos com vício de forma podem ser convalidados. Por esse motivo, esta alternativa foi dada como correta. No entanto, precisamos tomar uma certa cautela, pois se o vício de forma for essencial, aí o ato não será passível de convalidação. É o que ocorre, por exemplo, se uma licitação na modalidade concorrência for lançada com a forma de carta-convite – nesse caso, o ato não poderá ser convalidado, já que a forma essencial seria o edital e não a carta-convite. De qualquer forma, a questão foi julgada pela regra. Lembre-se que também é passível de convalidação o vício de competência, desde que ela não seja exclusiva – **CORRETA**;

c) com base no poder de autotutela, a Administração também possui a prerrogativa de anular um ato viciado. Portanto, a anulação poderá ser feita pelo Poder Judiciário e pela Administração Pública – **ERRADA**;

d) como regra, o Poder Judiciário não poderá anular atos administrativos. Isso, na verdade, ocorre quando o Judiciário estiver exercendo a sua função típica, ou seja, a função jurisdicional. Por outro lado, se o Poder Judiciário estiver exercendo um controle sobre os seus próprios atos, exercendo a função administrativa, ele poderá revogar os seus atos administrativos. É o que ocorre, por exemplo, quando uma autoridade do Judiciário revoga a concessão de uma licença para tratar de interesses particulares concedida a um servidor desse Poder – **ERRADA**;

e) alguns atos administrativos não são passíveis de revogação, como ocorre com os atos que produziram direito adquirido – **ERRADA**.

**Gabarito: B**

### QUESTÃO 29

---

**De acordo com Hely Lopes Meirelles, o ato administrativo discricionário, unilateral e precário, pelo qual o Poder Público torna possível ao pretendente a realização de certa atividade, serviço ou utilização de determinados bens particulares ou públicos, de seu exclusivo ou predominante interesse, que a lei condiciona à aquiescência prévia da Administração é o(a)**

- a) aprovação.
- b) autorização.
- c) homologação.
- d) permissão.
- e) licença.

#### Comentários:

A autorização, a permissão e a licença são os três principais tipos de atos de **consentimento** (ou atos negociais). Nesses atos, para que possa exercer uma atividade, o administrado necessita de um prévio controle da Administração. A diferença básica é que a licença é **ato vinculado**, ao passo que a autorização e a permissão são **atos discricionários**.

Além disso, costuma-se dizer que a permissão atende a um interesse maior da Administração e menor do administrado; ao passo que na autorização o interesse é maior do administrado e menor da Administração. Assim, um exemplo de autorização ocorre quando a polícia federal emite uma autorização para porte de arma de fogo: trata-se de um ato discricionário, motivo pelo qual pode ser negado pela Administração ainda que o beneficiário atenda aos requisitos legais; além disso, o interesse na concessão deste ato é de exclusivo ou predominante interesse do particular beneficiado.

Em resumo, o conceito apresentado no enunciado é da autorização.

Além desses três atos, também são exemplos de atos negociais: (i) a admissão: trata-se de ato vinculado, no qual a Administração defere uma situação jurídica de interesse de um particular, como ocorre no ingresso em universidade pública; (ii) aprovação: trata-se de ato discricionário, no qual é exercido um controle prévio ou posterior de um ato – exemplo ocorre na aprovação prévia pelo Senado Federal do nome de uma autoridade indicada pelo Presidente da República; (iii) homologação: ato vinculado pelo qual a Administração reconhece a legalidade de um ato ou procedimento, como ocorre na homologação de uma licitação pública.

**Gabarito: B**

### QUESTÃO 30

---

**Relativamente aos poderes da administração pública, assinale a alternativa correta.**

- a) Poder vinculado é aquele em que a administração pública obriga-se a praticar determinado ato, cumprindo fielmente o que a lei impõe. Todavia, caso o agente público, no cumprimento do ato, verifique que ação contrária ao dispositivo legal atenderá com maior efetividade ao interesse público, poderá agir de forma distinta da lei, prestando a devida justificativa.
- b) Poder hierárquico é aquele de que dispõe o Executivo para organizar e distribuir as funções de seus órgãos, regulamentando os direitos e deveres de seus agentes, sendo característica desse poder a possibilidade de o superior hierárquico aplicar sanções disciplinares aos seus subordinados.

**c)** Poder disciplinar refere-se ao dever de punição em face do cometimento de faltas ou infringência aos deveres funcionais por agentes públicos, estendendo-se também à sanção de condutas particulares, uma vez que o interesse público prevalece sobre o particular.

**d)** Também denominado poder normativo, o poder regulamentar é o poder que detém o chefe do Executivo de detalhar a lei para sua correta execução, ou de expedir decretos autônomos para disciplinar matéria de sua competência.

**e)** O poder de polícia da Administração, em regra, tem natureza repressiva, sendo executado por órgãos de segurança da administração pública, incidindo sobre a pessoa que pratica ilícito penal.

#### **Comentários:**

a) se o ato é vinculado, não cabe ao agente público agir diferente do que a lei determina, já que é a lei, na Administração Pública, que é o instrumento hábil para definir o que é interesse público – **ERRADA**;

b) a questão limitou o âmbito do poder hierárquico. Ele não se limita ao Poder Executivo, já que trata de toda relação de coordenação e subordinação que ocorre no exercício da função administrativa. Assim, há exercício do poder hierárquico também nos poderes Legislativo e Judiciário, desde que estejam exercendo a função administrativa. Além disso, a aplicação de sanções aos servidores, em que pese decorra de forma mediata do poder hierárquico, guarda mais relação com o poder disciplinar – **ERRADA**;

c) o poder disciplinar até pode alcançar particulares, mas somente os que se submeterem à disciplina interna da Administração em virtude de algum vínculo especial, como ocorre com uma empresa que firme um contrato administrativo com o Poder Público ou com o aluno de uma universidade pública. Porém, a alternativa não poderia generalizar, já que a maioria dos particulares não se submete ao poder disciplinar – **ERRADA**.

d) essa questão seguiu a linha doutrinária que não faz diferença entre o poder normativo e o poder regulamentar. Nesse caso, o poder regulamentar é a prerrogativa do chefe do Executivo para baixar os regulamentos ou para expedir decretos autônomos (nas restritas hipóteses em que a Constituição Federal admite esse tipo de decreto). Por essa corrente, a questão está certa. Fica uma única ressalva para o fato de parte da doutrina entender que o poder normativo não é sinônimo de poder regulamentar. Para essa corrente, o poder normativo é mais amplo, envolvendo toda a capacidade normativa da Administração, ao passo que o poder regulamentar seria uma prerrogativa apenas do chefe do Poder Executivo – **CORRETA**.

e) a alternativa tratou da polícia judiciária. Esta sim tem um caráter repressivo e é executada por órgãos de segurança, tendo como objeto a pessoa que comete um ilícito penal. Por outro lado, a polícia administrativa tem um caráter mais preventivo (em que pese possa ser realizada repressivamente), é exercida por vários órgãos administrativos (não apenas pelos de segurança) e tem como objeto o exercício de atividades potencialmente nocivas para a coletividade – **ERRADA**.

**Gabarito: D**

#### **QUESTÃO 31**

**No que se refere aos princípios aplicáveis à administração pública, assinale a alternativa correta.**

**a)** O princípio da motivação deverá ser observado sempre que a prática de atos administrativos implique na garantia do contraditório e da ampla defesa.

**b)** Segundo o princípio da legalidade, à administração pública é permitida a prática de atos, desde que não haja vedação legal.

**c)** Nos termos do que prescreve a Constituição Federal, se houver violação ao princípio da moralidade administrativa, qualquer cidadão será parte legítima para propor ação civil pública.

**d)** O princípio da eficiência determina que a atividade desenvolvida pela administração pública deve observar o interesse público, sendo atribuída aos órgãos e entidades em nome dos quais foi praticada e não à pessoa do agente público.

**e)** A divulgação de ato administrativo por meio de rádio de grande abrangência nacional é suficiente para o atendimento do princípio da publicidade.

**Comentários:**

a) a motivação é a regra, devendo ser observada na maioria das situações no âmbito da Administração Pública. Com efeito, a motivação é um instrumento de exercício do contraditório e da ampla defesa, pois permite que os particulares e os órgãos de controle verifiquem a legitimidade dos atos praticados pelo Poder Público – **CORRETO**;

b) o princípio da legalidade significa que a Administração Pública somente poderá agir quando houver lei que determine ou autorize a atuação. Assim, não basta que não exista vedação legal, deve existir na verdade uma lei que imponha ou permita a atuação por parte do Poder Público. A alternativa trata do princípio da autonomia da vontade, aplicável aos particulares (e não à Administração). Aos particulares é permitido agir desde que não haja vedação legal – **ERRADA**;

c) a ação civil pública possui legitimados definidos no art. 5º da Lei 7.347/1985, são eles: Ministério Público; Defensoria Pública; União, estados, DF e municípios; autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista; associação que, concomitantemente: (i) esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil; (ii) inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. A alternativa trata, na verdade, da ação popular, prevista no art. 5º, LXXIII, da Constituição Federal, da seguinte forma: "qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência" – **ERRADA**;

d) o texto da questão refere-se ao princípio da impessoalidade, em um de seus desdobramentos: o princípio da finalidade. Dessa forma, toda atuação da Administração Pública deve ter por objetivo o interesse público. O princípio da eficiência, por outro lado, exige a atuação do Poder Público com qualidade e rendimento funcional – **ERRADA**;

e) o princípio da publicidade exige a atuação transparente do Poder Público. São várias as formas de dar publicidade aos atos do Poder Público, como a publicação em diário oficial, a divulgação em portais da transparência, a realização de audiências públicas, etc. Portanto, não se pode afirmar que, por um único meio (divulgação em rádio) tal princípio será cumprido – **ERRADA**.

**Gabarito: A****DIREITO CONSTITUCIONAL – PROF. RICARDO VALE E NÁDIA CAROLINA****QUESTÃO 32**

**Consoante estabelece a Constituição Federal, no tocante aos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta.**

**a)** Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigida prévia autorização à autoridade competente.

**b)** A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

**c)** As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, em ambos os casos, o trânsito em julgado.

**d)** A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.

**e)** Não haverá penas de morte em quaisquer hipóteses.

**Comentários:**

Letra A: errada. A Carta Magna exige apenas o prévio aviso à autoridade competente. O direito de reunião **independe de autorização** (art. 5º, XVI, CF).



Letra B: correta. Trata-se da literalidade do inciso XI do art. 5º da CF/88.

Letra C: errada. O trânsito em julgado só é exigido para a **dissolução** de associações (art. 5º, XIX, CF).

Letra D: errada. O racismo é crime sujeito à pena de **reclusão**, nos termos da lei (art. 5º, XLII, CF).

Letra E: errada. A Constituição admite a pena de morte, excepcionalmente, no caso de **guerra declarada** (art. 5º, XLVII, "a", CF).

**Gabarito: B**

### QUESTÃO 33

#### Segundo a Constituição Federal, são brasileiros natos os

**a)** que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.

**b)** nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que ambos estejam a serviço da República Federativa do Brasil.

**c)** nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes estejam a serviço de seu país.

**d)** nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

**e)** portugueses com residência permanente no País há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal.

#### Comentários:

Letra A: errada. Nessa situação, o brasileiro é naturalizado (art. 12, II, "a", CF).

Letra B: errada. São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que **qualquer deles** esteja a serviço da República Federativa do Brasil (art. 12, I, "b", CF).

Letra C: errada. São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes **não estejam a serviço de seu país** (art. 12, I, "a", CF).

Letra D: correta. É o que prevê o art. 12, I, "c", da CF/88.

Letra E: errada. A Carta Magna prevê que são **brasileiros naturalizados** os **estrangeiros de qualquer nacionalidade**, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

**Gabarito: D**

### QUESTÃO 34

#### Em conformidade com o texto constitucional, assinale a alternativa correta.

**a)** A liberdade de pensamento é considerada como um direito inerente a cada pessoa, que a permite idealizar e externar suas ideias de forma absoluta. O pensamento, por si só, não pode sofrer qualquer limitação, eis que de foro íntimo. A Constituição Federal, quando trata dos direitos e deveres individuais e coletivos, busca tutelar a manifestação do pensamento, sem estabelecer qualquer possibilidade de censura por parte do Estado, vedando, todavia, o anonimato.

**b)** É assegurado o livre exercício profissional, podendo o cidadão praticar qualquer trabalho, ofício ou profissão, sem que o legislador ordinário possa efetuar qualquer restrição de acordo com a natureza da profissão.

**c)** A Emenda Constitucional n.º 45/2004 inseriu uma garantia constitucional segundo a qual serão assegurados a todos, no âmbito judicial e administrativo, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação, estabelecendo prazo para que a prestação jurisdicional seja efetivamente entregue.

**d)** Com o intuito de preservar a segurança jurídica, a Constituição Federal prescreve que a lei penal nunca retroagirá.

**e)** Visando a proteger os direitos individuais líquidos e certos, não amparados por *habeas corpus* e *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público, a Constituição Federal previu a concessão do mandado de segurança. Ante as características da ação constitucional mencionadas, a Carta Magna não admitiu o mandado de segurança coletivo.

#### Comentários:

Letra A: errada. A liberdade de expressão **não é absoluta**. Os direitos fundamentais são todos eles relativos.

Letra B: errada. A liberdade profissional é **norma de eficácia contida**, ou seja, admite-se que o legislador crie restrições ao exercício profissional.

Letra C: errada. A CF/88 estabelece o princípio da razoável duração do processo, mas **não fixa prazo** para que a prestação jurisdicional seja efetivamente entregue.

Letra D: errada. A lei penal **poderá retroagir**, desde que seja para beneficiar o réu.

Letra E: errada. A CF/88 prevê, sim, a possibilidade de que seja impetrado o **mandado de segurança coletivo**.

Pelo fato de todas as assertivas estarem erradas, a questão foi anulada.

**Gabarito: ANULADA**

#### QUESTÃO 35

**Assinale a alternativa correta no que concerne às atribuições do presidente da República previstas no texto constitucional.**

**a)** O presidente da República poderá vetar projetos de lei, total ou parcialmente, podendo tal atribuição ser delegada ao advogado-geral da União.

**b)** O presidente da República poderá dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos e sobre a extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos, sendo vedada a delegação de tais atribuições.

**c)** Caberá ao presidente da República decretar o estado de defesa e o estado de sítio e decretar e executar a intervenção federal, sendo vedada a delegação.

**d)** O presidente da República poderá conferir condecorações e distinções honoríficas, podendo delegar tais atribuições aos ministros de Estado, ao procurador-geral da República ou ao advogado-geral da União.

**e)** O presidente da República não poderá delegar a atribuição de conceder indulto e comutar penas.

#### Comentários:

Letra A: errada. O veto a projetos de lei não é competência delegável.

Letra B: errada. A edição de decretos autônomos **é competência delegável** do Presidente da República.

Letra C: correta. É competência privativa do Presidente da República decretar o **estado de defesa e o estado de sítio** e, ainda, decretar e executar a **intervenção federal**. Trata-se de competência indelegável.

Letra D: errada. Conferir condecorações e distinções honoríficas é competência **indelegável** do Presidente.

Letra E: errada. O Presidente da República **poderá delegar** a competência para conceder indulto e comutar penas.

**Gabarito: C**

**DIREITO ADMINISTRATIVO – PROF. HERBERT ALMEIDA****QUESTÃO 36**

**Com relação à administração pública, assinale a alternativa correta.**

- a)** A remuneração dos servidores públicos somente poderá ser fixada ou alterada por lei complementar, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.
- b)** Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- c)** A Constituição Federal garante aos servidores públicos civis e militares o direito à livre associação sindical.
- d)** Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei ordinária, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
- e)** As pessoas jurídicas de direito público, as de direito privado prestadoras de serviços públicos e as empresas públicas e sociedades de economia mista responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

**Comentários:**

- a) a remuneração dos servidores públicos somente poderá ser fixada ou alterada por lei específica (CF, art. 37, X), ou seja, não precisa ser lei complementar, mas somente uma lei ordinária – **ERRADA**;
- b) é isso que dispõe o art. 37, § 4º, da Constituição Federal, vejamos: “os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível” – **CORRETA**;
- c) os direitos de greve e de livre associação sindical são assegurados apenas aos servidores públicos civis (CF, art. 37, VI), sendo tais direitos vedados aos militares (CF, art. 142, § 3º, IV) – **ERRADA**;
- d) a Constituição Federal exige lei complementar para dispor sobre as áreas de atuação das fundações públicas (CF, art. 37, XIX) – **ERRADA**;
- e) de acordo com a Constituição Federal: “as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa” (CF, art. 37, § 6º). Pela expressão “pessoas jurídicas [...] de direito privado prestadoras de serviços públicos” devemos entender as pessoas privadas que prestam serviços públicos mediante delegação e as empresas públicas – EP e sociedades de economia mista – SEM prestadoras de serviços público. A expressão não alcança, todavia, as EP e SEM exploradoras de atividade econômica. Assim, da forma como foi colocado na alternativa, parece que todas as EP e SEM, independentemente da atividade, responderiam objetivamente, o que é incorreto conforme acabamos de explicar – **ERRADA**.

**Gabarito: B**

**DIREITO PENAL – PROF. RENAN ARAÚJO****QUESTÃO 37**

**Sentença penal condenatória determinou a aplicação da sanção de pena privativa de liberdade ao réu e a decretação do perdimento de bens que, nos termos da lei, acabaram por afetar seus familiares, exatamente no montante do patrimônio transferido pelo réu.**

**Considerando essa situação hipotética e os princípios constitucionais que regem o Direito Penal, assinale a alternativa correta.**

- a)** A imposição da pena privativa de liberdade ao réu e não a seus familiares, que não praticaram crime, corresponde à aplicação integral do princípio constitucional da individualização da pena.
- b)** A imposição do perdimento de bens aos familiares do condenado acabou por não observar o princípio constitucional da personalidade ou responsabilidade pessoal.
- c)** A extensão dos efeitos da condenação, com a decretação do perdimento de bens, afetando os familiares do condenado não poderia ocorrer, em virtude da necessidade de se observar o princípio constitucional da legalidade estrita.
- d)** O fato de a pena privativa de liberdade ter atingido apenas a pessoa do condenado com extensão, aos familiares, da obrigação de reparar o dano, atende integralmente o que prescreve o princípio constitucional da personalidade ou responsabilidade pessoal.
- e)** O princípio da personalidade ou da responsabilidade pessoal é um princípio implícito na Constituição Federal vigente.

#### **Comentários:**

Neste caso, o fato de a pena privativa de liberdade ter alcançado apenas a pessoa do próprio condenado, tendo havido extensão, aos familiares, apenas da obrigação de reparar o dano, corresponde integralmente ao que prevê o princípio constitucional da personalidade ou responsabilidade pessoal, que diz que a pena não poderá passar da pessoa do apenado (de fato, só o condenado sofreu a pena), mas a obrigação de reparar o dano e o perdimento de bens podem ser estendidos aos sucessores, até o limite do patrimônio transferido pelo réu, na forma do art. 5º, XLV da CF-88. Assim, não houve violação ao princípio da pessoalidade da pena (ou intranscendência da pena).

**Gabarito: D**

### **LEGISLAÇÃO PENAL E DIREITO PENAL MILITAR— PROF. PAULO GUIMARÃES FILHO**

#### **QUESTÃO 38**

**A prática da tortura é crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, bem como por sua prática responde, também, aquele que podendo evitar se omite (conduta omissiva). Considerando essa informação, assinale a alternativa correta.**

- a)** A lei que pune a conduta criminosa da tortura encontra-se albergada, entre outros fundamentos previstos na Constituição Federal, na proteção da dignidade da pessoa humana, que está prevista no capítulo que trata dos princípios constitucionais.
- b)** A omissão não é conduta a ser incriminada no caso da tortura, em função de o princípio da responsabilidade subjetiva ser movido apenas pelo dolo e não pela culpa.
- c)** O princípio da legalidade estrita, que é a base para aplicação do direito penal brasileiro, coaduna-se tão-somente com a incriminação de condutas dolosas.
- d)** No caso de conduta omissiva, aplica-se o princípio constitucional da responsabilidade objetiva, pois mesmo sendo praticada a omissão, o sujeito será punido criminalmente pela tortura que efetivamente não praticou.
- e)** A intenção do sujeito ativo na prática de tortura, levada em consideração na sentença penal condenatória, a fim de dimensionar a sanção penal a ser aplicada, em função das circunstâncias individuais do réu, corresponde ao princípio da retroatividade da lei.

#### **Comentários:**

A alternativa A está correta é a nossa resposta. A proteção contra a tortura obviamente tem relação com a dignidade da pessoa humana, que é um princípio que permeia todo o ordenamento jurídico brasileiro.

A alternativa B está incorreta. A Lei n. 9.455/1997 determina, em seu art. 1º, §2º, que aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos.



A alternativa C está incorreta. A legalidade estrita não se restringe aos crimes dolosos. Tanto é assim que no ordenamento jurídico brasileiro somente haverá modalidade culposa de um crime quando houver expressa previsão legal.

A alternativa D está incorreta. Não é bem assim. Como há mencionamos, a lei pune quem tinha o dever de evitar ou apurar a tortura, impondo pena de detenção de um a quatro anos.

A alternativa E está incorreta. Quando se fala em circunstâncias individuais do réu estamos diante do princípio da individualização da pena. A retroatividade da lei penal não tem nada a ver com isso...! ☺

**Gabarito: A**

### DIREITO PENAL – PROF. RENAN ARAÚJO

#### QUESTÃO 39

**Uma pessoa maior de dezoito anos, com plena capacidade mental e psicológica, ao passar na rua por uma idosa, resolveu fazer uma brincadeira e soltou um rato domesticado perto dela, que se assustou com o animal e resolveu correr, momento em que tropeçou, bateu a cabeça e veio a óbito.**

**Com base nesse caso hipotético, assinale a alternativa correta.**

- a) O maior de dezoito anos é ao mesmo tempo sujeito ativo e passivo, uma vez que acabou prejudicado com a reação da idosa, pois não tinha a intenção de matá-la.
- b) Há licitude na conduta do agente, pois ele não tinha a intenção de matar a idosa.
- c) Há tipicidade penal na conduta do maior de dezoito anos no resultado da morte da idosa.
- d) A idosa é sujeito ativo do fato criminoso.
- e) No caso, não haverá culpabilidade, uma vez que o sujeito passivo é idoso.

#### Comentários:

O agente, neste caso, responde pelo delito de homicídio, em sua forma culposa, pois o agente, em razão de sua conduta imprudente, contribuiu para a ocorrência do resultado morte (embora a morte tenha se dado pelo traumatismo craniano). Há, portanto, tipicidade, pois corresponde ao fato típico, previsto no art. 121, §3º do CP.

**Gabarito: C**

#### QUESTÃO 40

**Um menor de dezesseis anos pegou uma arma de fogo e atirou, com intenção de matar, contra outro menor, conseguindo atingi-lo, mas não o matou. Nesse caso,**

- a) há tipicidade na conduta do menor de idade para o Código Penal, não havendo qualquer excludente de culpabilidade.
- b) o menor foi movido pela intenção de matar, motivo pelo qual estão presentes tanto a ilicitude quanto a culpabilidade.
- c) não há sujeito passivo no fato, uma vez que menores de dezoito anos não podem cometer crimes.
- d) não haverá punibilidade, em função da atipicidade do fato.
- e) há tipicidade no fato hipotético, mas não há culpabilidade, uma vez que o menor é imputável.

#### Comentários:

Neste caso, o fato é típico e ilícito, mas não há culpabilidade, já que o menor de idade é considerado imputável, na forma do art. 27 do CP.

Há sujeito passivo na conduta, que é o menor atingido pelo disparo.

**Gabarito: E**

#### QUESTÃO 41

Um adulto e dois menores resolveram praticar o crime chamado popularmente de “sequestro relâmpago” e dividir o produto do crime. O adulto levou os menores, em seu carro, ao local para a realização do crime e retornou para a sua casa. Os menores abordaram uma vítima que estava entrando em seu veículo e a levaram consigo, deixando-a na rodovia mais próxima trinta minutos depois. Saíram do local na posse do veículo subtraído e, posteriormente, venderam-no para outro grupo de receptadores.

**A respeito da situação hipotética, assinale a alternativa correta.**

- a)** No fato, não há concurso de agentes, uma vez que os dois menores foram os responsáveis por abordar a vítima.
- b)** O sujeito ativo do crime, o adulto, está amparado pela excludente de ilicitude, uma vez que apenas dirigiu seu carro e retornou para casa, não tendo abordado a vítima em conjunto com os menores.
- c)** No caso, há tipicidade e culpabilidade na conduta do adulto, bem como é o caso de concurso de pessoas, mesmo tendo sido o crime praticado em companhia de inimputáveis.
- d)** Há uma excludente de culpabilidade do adulto, uma vez que a reprovação da sua conduta deve ser menor que a dos dois menores.
- e)** Não haverá a punibilidade do adulto, em função de o fato praticado pelos menores ser excludente de culpabilidade.

**Comentários:**

- a) ERRADA: Há, aqui, o que a Doutrina chama de “concurso aparente de pessoas”, pois alguns dos agentes não são imputáveis, embora não tenham sido meros instrumentos nas mãos do imputável.
- b) ERRADA: Não há qualquer excludente de ilicitude em relação ao adulto.
- c) CORRETA: Item correto, pois o adulto praticou fato típico e ilícito, e há culpabilidade. Ademais, há, aqui, o que a Doutrina chama de “concurso aparente de pessoas”, pois alguns dos agentes não são imputáveis, embora não tenham sido meros instrumentos nas mãos do imputável.
- d) ERRADA: Item errado, pois não há qualquer excludente de culpabilidade em relação ao adulto.
- e) ERRADA: Item errado, pois a conduta do adulto é punível.

**Gabarito: C**

**QUESTÃO 42**

**No tocante ao inquérito policial, é correto afirmar que**

- a)** a autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito por ausência de materialidade do delito.
- b)** o inquérito é procedimento administrativo, informativo e indispensável.
- c)** o Código de Processo Penal impossibilita o desarquivamento do inquérito policial.
- d)** o ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer à autoridade policial a realização de qualquer diligência.
- e)** é irrecorrível o despacho que indeferir a abertura de inquérito policial.

**Comentários:**

- a) ERRADA: A autoridade policial nunca poderá mandar arquivar os autos do IP, na forma do art. 17 do CPP.
- b) ERRADA: Item errado, pois o IP não é indispensável, o IP é dispensável, ou seja, a ação penal pode ser validamente ajuizada mesmo que não tenha havido um IP previamente.
- c) ERRADA: Uma vez arquivado o IP por falta de provas para o oferecimento da ação penal, é possível a retomada futura das investigações, desde que surja notícia de prova nova, na forma do art. 18 do CPP.
- d) CORRETA: Item correto, pois esta é a exata previsão contida no art. 14 do CPP:

*Art. 14. O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.*

e) ERRADA: Item errado, pois neste caso caberá recurso ao chefe de polícia, na forma do art. 5º, §2º do CPP.

**Gabarito: D**

#### **QUESTÃO 43**

---

**A injúria é crime de ação penal**

- a) exclusivamente privada.
- b) privada subsidiária da pública.
- c) privada personalíssima.
- d) pública condicionada.
- e) pública incondicionada.

#### **Comentários:**

O crime de injúria, em sua modalidade simples, a princípio, é crime de ação penal privada, na forma do art. 145 do CP. Todavia, em alguns casos a injúria será crime de ação penal pública, conforme prevê o próprio art. 145 do CP e seu § único.

Isto posto, a questão foi bem anulada.

**Gabarito: ANULADA**

#### **QUESTÃO 44**

---

**Tendo em mãos mandado de busca domiciliar expedido pela autoridade judiciária competente, a polícia poderá executá-lo**

- a) apenas durante o dia.
- b) apenas à noite.
- c) à noite, desde que autorizada pelo morador.
- d) durante o dia, desde que autorizada pelo morador.
- e) a qualquer hora, desde que exiba ao morador o mandado judicial.

#### **Comentários:**

O mandado de busca domiciliar poderá ser cumprido durante o dia, ainda que não haja consentimento do morador, e até mesmo à noite, desde que, neste caso, o morador esteja de acordo, na forma do art. 245 do CPP.

**Gabarito: C**

#### **QUESTÃO 45**

---

**Quando a infração penal deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito,**

- a) que poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.
- b) que será realizado apenas por perito oficial, portador ou não de diploma de curso superior.
- c) sendo facultado apenas ao Ministério Público formular quesitos e apresentar assistente técnico durante a realização do exame.
- d) ficando o juiz adstrito ao laudo do exame.
- e) podendo ser suprido pela confissão do acusado.

#### **Comentários:**

- a) CORRETA: Item correto, pois o exame de corpo de delito pode ser realizado em qualquer dia e em qualquer hora, na forma do art. 161 do CPP.
- b) ERRADA: Item errado, pois o exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior ou, na falta de perito oficial, por duas pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica da perícia (peritos não oficiais), na forma do art. 159, e seu §1º do CPP.
- c) ERRADA: Item errado, pois não só o MP possui tal prerrogativa. O assistente de acusação o ofendido, o querelante e o acusado também possuem tal prerrogativa, na forma do art. 159, §3º do CPP.
- d) ERRADA: Item errado, pois o Juiz não fica vinculado às conclusões do laudo, podendo decidir contrariamente, na forma do art. 182 do CPP (sistema liberatório de apreciação da prova pericial).
- e) ERRADA: Item errado, pois não pode a ausência do exame de corpo de delito ser suprida pela confissão do acusado, na forma do art. 158 do CPP.

**Gabarito: A**

#### **QUESTÃO 46**

**De acordo com o Código de Processo Penal, ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, no curso da investigação ou do processo, em virtude de prisão temporária ou prisão preventiva. Com relação à prisão em flagrante, assinale a alternativa correta.**

- a) Poderá o preso pleitear ao juiz sua liberdade provisória, havendo ilegalidade no auto de prisão em flagrante.
- b) Independentemente da lavratura do auto de prisão em flagrante, se o réu se livrar solto, deverá ser posto em liberdade.
- c) Considera-se em flagrante delito o indivíduo que é perseguido, logo após cometer infração penal, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.
- d) O auto de prisão em flagrante será assinado por uma testemunha que tenha ouvido a leitura na presença do condutor e do acusado quando este se recusar a assinar, não souber ou não puder fazê-lo.
- e) Somente a autoridade policial e seus agentes poderão prender alguém em flagrante delito.

#### **Comentários:**

- a) ERRADA: Item errado, pois neste caso deverá pleitear o relaxamento de prisão, na forma do art. 310, I do CPP.
- b) ERRADA: Item errado, pois não há mais o instituto do "livrar-se solto", que era previsto anteriormente para os crimes cuja pena máxima não ultrapassasse 03 meses. Todavia, mesmo para aqueles que entendem ainda haver a figura do "livrar-se solto", isso só ocorrerá após a lavratura do APF, na forma do art. 309 do CPP.
- c) CORRETA: Item correto, pois neste caso temos a figura do flagrante impróprio, previsto no art. 302, III do CPP.
- d) ERRADA: Item errado, pois neste caso o APF deverá ser assinado por duas testemunhas que tenham ouvido a leitura do APF na presença do preso, na forma do art. 304, §3º do CPP.
- e) ERRADA: Item errado, pois qualquer do povo PODERÁ prender quem esteja em flagrante delito, na forma do art. 301 do CPP. A autoridade policial e seus agentes DEVEM prender quem esteja em flagrante delito.

**Gabarito: C**

### **LEGISLAÇÃO PENAL E DIREITO PENAL MILITAR – PROF. PAULO GUIMARÃES FILHO**

#### **QUESTÃO 47**

**Nos termos da Lei n.º 8.072/1990, considera-se como crime hediondo**

- a) o homicídio simples.
- b) a alteração de produto destinado a fins terapêuticos.
- c) expor alguém, por meio de relações sexuais, a contágio de moléstia venérea de que sabe estar contaminado.
- d) a lesão corporal de natureza grave.
- e) o aborto provocado pela gestante.

**Comentários:**

Os crimes hediondos estão dispostos numa lista taxativa, que consta no art. 1º da Lei n. 8.072/1990.

A alternativa A está incorreta porque o homicídio (art. 121 do Código Penal) somente é considerado hediondo quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e quando for qualificado.

A alternativa C está incorreta. A banca aqui tentou fazer parecer que se referia ao crime de epidemia (art. 267 do Código Penal), que só é considerado hediondo quando houver resultado morte.

A alternativa D está incorreta. A lesão corporal só é crime hediondo quando estivermos diante de lesão corporal dolosa de natureza gravíssima (art. 129, § 2º do Código Penal) e lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3º do Código Penal), quando praticadas contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição

A alternativa E está incorreta. O aborto não é crime hediondo em nenhuma de suas modalidades.

**Gabarito: B****QUESTÃO 48**

**Nos termos da Lei n.º 5.553/1968, a retenção injustificada de qualquer documento de identificação pessoal**

- a) constitui contravenção penal.
- b) constitui crime.
- c) constitui infração administrativa, apenas.
- d) constitui crime e infração administrativa.
- e) não constitui qualquer infração se apresentado por fotocópia autenticada.

**Comentários:**

Nos termos do art. 3º da Lei n. 5.553/1968, constitui contravenção penal, punível com pena de prisão simples de 1 (um) a 3 (três) meses ou multa a retenção de documento de identificação.

**Gabarito: A****QUESTÃO 49**

**De acordo com a Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei n.º 3.688/1941), a tentativa de contravenção do jogo do bicho**

- a) possui como penas principais a prisão simples e a multa.
- b) possibilita a aplicação do *sursis*, desde que o contraventor preencha as condições legais.
- c) não enseja o perdão judicial, ainda que haja ignorância ou errada compreensão da lei pelo contraventor.
- d) é apurável mediante ação pública condicionada.
- e) não é punida.

**Comentários:**



A resposta para esta questão é muito simples! De acordo com o art. 4º da Lei das Contravenções Penais, a tentativa de contravenção não é punível, seja ela qual for!

**Gabarito: E**

**QUESTÃO 50**

**Com relação aos dispositivos da Lei n.º 9.099/1999, que dispõe acerca dos Juizados Especiais Criminais, assinale a alternativa correta.**

- a) As contravenções penais não são alcançadas pelos Juizados Especiais Criminais.
- b) Não obtida a composição dos danos civis, será dada imediatamente ao ofendido a oportunidade de exercer o direito de representação verbal.
- c) A competência do Juizado Especial Criminal será determinada pelo domicílio do réu.
- d) A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência da infração penal lavrará o auto de prisão e o encaminhará ao Juizado, com o autor do fato.
- e) As infrações penais abrangidas pela Lei são processadas apenas mediante ação penal pública incondicionada.

**Comentários:**

A alternativa A está incorreta. As infrações penais de menor potencial ofensivo, alcançadas pelos Juizados Especiais, são justamente as contravenções penais e os crimes cuja pena máxima cominada seja de até 2 anos.

A alternativa B está correta, nos termos do art. 75 da Lei n. 9.099/1995.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do art. 63 da Lei n. 9.099/1995, a competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do art. 69 da Lei n. 9.099/1995, A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.

A alternativa E está incorreta. A Lei n. 9.099/1995 não diferencia crimes de ação pública e de ação penal privada.

**Gabarito: B**

**QUESTÃO 51**

**Relativamente aos crimes cometidos na direção de veículos automotores, segundo o Código de Trânsito Brasileiro, assinale a alternativa correta.**

- a) Ao autor do homicídio culposo, ainda que tenha socorrido a vítima, caberá a prisão em flagrante.
- b) A Lei autoriza a aplicação indistinta da transação penal aos crimes de trânsito.
- c) Participar de um "racha", sem resultar dano potencial à incolumidade pública ou privada, caracteriza o crime previsto na Lei.
- d) No crime de trânsito de lesão corporal culposa, sob a influência de álcool, é exigida a instauração de inquérito policial.
- e) A multa reparatória em favor da vítima, ou de seus sucessores, poderá ser superior ao valor do prejuízo demonstrado no processo.

**Comentários:**

A alternativa A está incorreta. Nos termos do art. 301 do Código de Trânsito Brasileiro, se o condutor prestar socorro integral à vítima, não será preso em flagrante.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do §1º do art. 291, aplicam-se aos crimes de trânsito de lesão corporal culposa o disposto nos arts. 74, 76 e 88 da Lei n. 9.099/1995, mas não podemos dizer que se aplica indistintamente a transação penal a todos os crimes de trânsito.

A alternativa C está incorreta. O dano potencial à incolumidade pública ou privada é elemento do tipo, conforme art. 308.

A alternativa D está correta. A obrigatoriedade de instauração de inquérito policial encontra previsão no art. 291, §2º.

A alternativa E está incorreta. Nos termos do §1º do art. 297, A multa reparatória não poderá ser superior ao valor do prejuízo demonstrado no processo.

**Gabarito: D**

#### **QUESTÃO 52**

**Relativamente aos crimes de tortura previstos na Lei n.º 9.455/1997, é correto afirmar que o(s)**

- a) sujeito ativo do crime de tortura é a autoridade pública.
- b) dispositivos da Lei só são aplicáveis aos crimes de tortura praticados no território nacional.
- c) agrupamento de pessoas que seguem a mesma religião pode ser alvo do crime de tortura.
- d) condenado por crime de tortura sempre iniciará o cumprimento da pena em regime fechado.
- e) crime de tortura é inafiançável, suscetível de indulto, graça e anistia.

#### **Comentários:**

A alternativa A está incorreta. Nem todas as condutas descritas na Lei n. 9.455/1997 são crimes próprios, ou seja, ao menos em alguns tipos o sujeito ativo pode ser autoridade pública ou agente privado.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 2º, a lei também pode ser aplicada quando o crime não tenha sido cometido em território nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.

A alternativa C está correta. A tortura-racismo é aquela praticada em razão de discriminação racial ou religiosa.

A alternativa D está incorreta. A obrigatoriedade de cumprimento de pena inicialmente em regime fechado é considerada inconstitucional pelo STF. Além disso, mesmo na redação original a lei trazia como exceção dessa obrigatoriedade a tortura omissiva.

A alternativa E está incorreta. O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça e anistia, nos termos da Constituição Federal. Além disso, nos termos da Lei n. 8.072/1990, a tortura também é insuscetível de indulto.

**Gabarito: C**

#### **QUESTÃO 53**

**Nos termos da Lei n.º 9.605/1998, que impôs medidas penais às condutas lesivas ao meio ambiente, é correto afirmar que**

- a) constitui crime explorar economicamente floresta plantada em terras de domínio público, ainda que para garantia de sobrevivência do agente.
- b) não cabe transação penal nos crimes ambientais.
- c) a responsabilidade penal das pessoas jurídicas exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato.
- d) o infrator arrependido que espontaneamente reparar o dano deve receber o benefício da atenuação da pena.
- e) a ação penal é pública condicionada à representação do Ministério do Meio Ambiente.



**Comentários:**

A alternativa A está incorreta. Nos termos do art. 5º, parágrafo único, da Lei n. 9.605/1998, a conduta não é considerada crime quando for praticada para subsistência imediata pessoal do agente ou de sua família.

A alternativa B está incorreta. A transação penal não só é cabível como é mencionada expressamente pelo art. 16.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do art. 3º, parágrafo único, a responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.

A alternativa D está correta. Esta é a previsão do art. 14.

A alternativa E está incorreta. A ação penal é pública incondicionada, nos termos do art. 26.

**Gabarito: D**

**QUESTÃO 54**

**Noel contratou os serviços de assistência técnica de uma oficina mecânica para fazer a manutenção de rotina de seu automóvel. Liberado o carro pela oficina, Noel viajou com a família. O carro apresentou diversos problemas que obrigaram Noel a procurar um mecânico durante a viagem, vindo a constatar que a oficina havia empregado peças e componentes de reposição usados que comprometeram o desempenho e a segurança do carro.**

**Nos termos da Lei n.º 8.078/1990, considerando essa situação, é correto afirmar que**

- a) a pessoa jurídica, fornecedora do serviço, pode ser responsabilizada pelo crime.
- b) o fato se torna lícito com o pagamento do serviço pelo consumidor.
- c) é indispensável a ocorrência de efetiva lesão ao consumidor para a configuração do crime.
- d) o crime é de ação penal pública condicionada à representação da vítima.
- e) o crime só se consuma se praticado à revelia do consumidor.

**Comentários:**

O crime aqui mencionado é tipificado pelo art. 70 da Lei n. 8.078/1990: Empregar na reparação de produtos, peça ou componentes de reposição usados, sem autorização do consumidor. O crime, portanto, só se consuma se não houver autorização do consumidor para a conduta, e por isso nossa resposta é a alternativa E.

**Gabarito: E**

**QUESTÃO 55**

**No que se refere à aplicação da lei penal militar, assinale a alternativa correta.**

- a) Considera-se praticado o fato, no lugar em que se desenvolveu a atividade criminosa, no todo ou em parte, e ainda que sob forma de participação, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado. Nos crimes omissivos, o fato considera-se praticado no lugar em que deveria realizar-se a ação omitida.
- b) A pena dos crimes militares pode ser cominada por lei formal ou por regulamento disciplinar da corporação.
- c) Aos crimes praticados em tempo de guerra aplicam-se, em regra, as mesmas penas cominadas para o tempo de paz.
- d) Considera-se praticado o crime no momento da produção do resultado.
- e) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando, em virtude dela, a própria vigência de sentença condenatória irrecorrível, inclusive quanto aos efeitos de natureza civil.

**Comentários:**

A alternativa B está incorreta porque as penas somente podem ser cominadas por meio de lei (e não regulamento).

A alternativa C está incorreta porque aos crimes praticados em tempo de guerra aplicam-se as mesmas dos crimes em tempo de paz, com aumento de um terço (art. 20 do Código Penal Militar).

A alternativa D está errada porque deve-se considerar o crime praticado no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o do resultado (art. 5º).

A alternativa E está incorreta porque ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime (art. 2º).

**Gabarito: A**

### **QUESTÃO 56**

**Um soldado da polícia militar fazia patrulhamento em via pública quando se deparou com pessoa que parecia portar drogas. Ao aproximar-se para efetuar busca pessoal, o abordado correu para evitar a prisão, momento em que o soldado efetuou disparos com a arma de fogo da corporação para impedir a fuga, com isso provocando a morte do civil.**

**Com base na situação descrita e considerando que o Código Penal Militar prevê que a conduta de matar alguém corresponde ao crime de homicídio simples, assinale a alternativa correta.**

- a)** O soldado praticou crime militar, motivo pelo qual será julgado pela Justiça Militar do Distrito Federal.
- b)** Apesar de o ato praticado pelo soldado não ser crime militar, o julgamento será realizado perante a Justiça Militar.
- c)** A conduta praticada pelo soldado não é crime, uma vez que agiu em exercício regular de direito.
- d)** Por se tratar de crime doloso praticado contra a vida de civil, a conduta do soldado não caracteriza crime militar, razão pela qual o julgamento ocorrerá na Justiça Comum.
- e)** A conduta praticada pelo soldado não é crime, uma vez que agiu no estrito cumprimento do dever legal.

### **Comentários:**

Esta é uma questão extremamente polêmica, e por precisamos debatê-la do jeito adequado. O primeiro ponto é saber se o ato praticado pelo policial militar é crime, e esse foi o posicionamento da banca, apesar de haver controvérsias sobre a aplicação ou não de excludentes de ilicitude. A posição oficial é no sentido de que a tentativa de fuga não pôs em risco a integridade física do policial, e por isso houve crime. A partir daí precisamos saber se temos um crime militar ou um crime comum, e aí é que está a confusão, pois, por mais que a competência para julgar crimes dolosos contra a vida cometidos contra civil, não temos nenhum posicionamento no sentido de que não se trata de crime militar. De qualquer forma a resposta oficial da banca é a alternativa D.

**Gabarito:**

### **QUESTÃO 57**

**Com relação ao conceito de crime militar e às penas no Código Penal Militar, assinale a alternativa correta.**

- a)** São penas principais a reclusão, a detenção e a perda da função pública.
- b)** A pena de reclusão ou de detenção de até dois anos, aplicada a militar, é convertida em pena de prisão.
- c)** A pena privativa da liberdade por mais de dois anos, aplicada a militar, é cumprida em penitenciária militar, não se admitindo, em hipótese alguma, a sua execução em estabelecimento prisional civil.
- d)** A pena de reforma sujeita o condenado à situação de inatividade, hipótese em que perceberá, no mínimo, quantia equivalente ao soldo.
- e)** Os crimes de abuso de autoridade, previstos na Lei n.º 4.898/1965, quando praticados por militar da ativa, caracterizam crime militar, segundo critérios definidos no art. 9.º do Código Penal Militar.

**Comentários:**

A alternativa A está incorreta. Nos termos do art. 55 do Código Penal Militar, as penas principais são: a) morte; b) reclusão; c) detenção; d) prisão; e) impedimento; f) suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função; g) reforma.

A alternativa B está correta. Nos termos do art. 59 do Código Penal Militar, a pena de reclusão ou de detenção até 2 anos, aplicada a militar, é convertida em pena de prisão e cumprida, quando não cabível a suspensão condicional.

A alternativa C está incorreta. De acordo com o art. 61, a pena privativa da liberdade de mais de 2 anos, aplicada a militar, é cumprida em penitenciária militar e, na falta dessa, em estabelecimento prisional civil, ficando o recluso ou detento sujeito ao regime conforme a legislação penal comum, de cujos benefícios e concessões, também, poderá gozar.

A alternativa D está incorreta. De acordo com o art. 65, a pena de reforma sujeita o condenado à situação de inatividade, não podendo perceber mais de um vinte e cinco avos do soldo, por ano de serviço, nem receber importância superior à do soldo.

A alternativa E está incorreta. A lei de abuso de autoridade não trata de crimes militares. Se o policial militar pratica alguma conduta prevista na lei, terá cometido crime comum.

**Gabarito: B**

**QUESTÃO 58**

**Quanto ao crime e ao concurso de agentes no Código Penal Militar, assinale a alternativa correta.**

- a)** A participação de somenos importância é causa de diminuição da pena de um sexto a um terço.
- b)** O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, não será punido sequer pelos atos já praticados.
- c)** Não há crime quando o comandante de navio, aeronave ou praça de guerra, na iminência de perigo ou grave calamidade, compele os subalternos, por meios violentos, a executar serviços e manobras urgentes, para salvar a unidade ou vidas, ou evitar o desânimo, o terror, a desordem, a rendição, a revolta ou o saque.
- d)** O agente que executa o crime, ou dele participa, mediante paga ou promessa de recompensa, não tem a sua pena agravada no âmbito do Direito Penal Militar.
- e)** O soldado da polícia militar não é culpado se comete crime em estrita obediência à ordem direta de superior hierárquico em matéria de serviços, ainda que manifestamente criminoso.

**Comentários:**

A alternativa A está incorreta. A participação de somenos importância é atenuante, e não causa de diminuição da pena, nos termos do art. 53, §3º do Código Penal Militar.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 31, o agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.

A alternativa C está correta. É o que estabelece o parágrafo único do art. 42.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do art. 53, §2º, IV, a pena é agravada em relação ao agente que executa o crime, ou nele participa, mediante paga ou promessa de recompensa.

A alternativa E está incorreta. De acordo com o art. 38, não é culpado quem comete o crime: (...) b) em estrita obediência a ordem direta de superior hierárquico, em matéria de serviços. Além disso, nos termos do §2º, se a ordem do superior tem por objeto a prática de ato manifestamente criminoso, ou há excesso nos atos ou na forma da execução, é punível também o inferior.

**Gabarito: C**

**QUESTÃO 59**

**A respeito da pena de morte, assinale a alternativa correta.**



- a) Poderá ser aplicada a qualquer crime militar, quando reputada adequada para a reprovação do crime pelo juiz auditor.
- b) A pena de morte é executada por enforcamento.
- c) A pena de morte pela prática de crime militar é considerada pena principal, mas só poderá ser aplicada em caso de guerra declarada.
- d) A pena de morte prescreve em vinte anos.
- e) A sentença definitiva de condenação à morte somente será comunicada ao presidente da República quando ela for imposta em zona de operações de guerra, pois ele poderá conceder indulto ou comutar a pena. Nos demais casos, como a pena é executada imediatamente, não há utilidade na notificação do presidente.

#### **Comentários:**

Questão simples!

A alternativa A está incorreta. A pena de morte obviamente não pode ser aplicada por qualquer crime, ao arbítrio do Juiz Auditor.

A alternativa B está incorreta. A regra do Código Penal Militar é a aplicação da pena de morte por fuzilamento (art. 56).

A alternativa C está correta. O art. 55 estabelece a pena de morte como uma pena principal, enquanto o art. 5º da Constituição Federal, XLVII, "a" restringe sua aplicação a situações de guerra declarada.

A alternativa D está incorreta. A prescrição nos casos de pena de morte se dá no prazo de 30 anos, conforme art. 125, I do Código Penal Militar.

A alternativa E está incorreta. Nos termos do art. 707, §3º do Código de Processo Penal Militar, a pena de morte só será executada sete dias após a comunicação ao presidente da República, salvo se imposta em zona de operações de guerra e o exigir o interesse da ordem e da disciplina.

**Gabarito: C**

#### **QUESTÃO 60**

**Acerca dos crimes militares em tempo de paz, assinale a alternativa correta.**

- a) A prática de ato de violência contra superior hierárquico é crime militar, enquanto praticar violência contra inferior consiste apenas em falta disciplinar.
- b) Os policiais militares que recebem pagamento de comerciante para concentrarem a sua patrulha na região do estabelecimento comercial dele não praticam corrupção passiva, pois o mencionado crime só ocorre quando o recebimento de vantagem indevida tiver como finalidade a prática de ato ilícito.
- c) O policial militar que, ao atender ocorrência de trânsito, se apropria de arma que recolhera do interior de um dos veículos envolvidos na ocorrência não pratica peculato.
- d) Embriagar-se o militar, quando em serviço, caracteriza crime militar, mas apresentar-se embriagado para prestá-lo caracteriza apenas infração disciplinar.
- e) O militar que se ausentar, sem licença, da unidade em que serve, pelo período de cinco dias, não pratica crime de deserção.

#### **Comentários:**

A alternativa A está incorreta. Tanto a violência contra superior (art. 157, CPM) quanto a violência contra inferior (art. 175, CPM) são considerados crimes, e não transgressões disciplinares.

A alternativa B está incorreta. O crime de corrupção passiva não ocorre apenas quando a finalidade do agente é a prática de ato ilícito. A conduta tipificada pelo art. 308 do COM é a de receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, ou antes de assumi-la, mas em razão dela vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.



A alternativa C está incorreta. Na situação apresentada houve crime de peculato, tipificado pelo art. 303 do CPM: Apropriar-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse ou detenção, em razão do cargo ou comissão, ou desviá-lo em proveito próprio ou alheio.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do art. 202 do, qualquer das condutas é considerada crime: Embriagar-se o militar, quando em serviço, ou apresentar-se embriagado para prestá-lo

A alternativa E está correta. O crime de deserção (art. 187 do COM) somente se consuma em 8 dias. Este período de 8 dias é chamado pela doutrina de "período de graça".

**Gabarito: E**